

RELATÓRIO E CONTAS

2024

65 ANOS
1959 2024





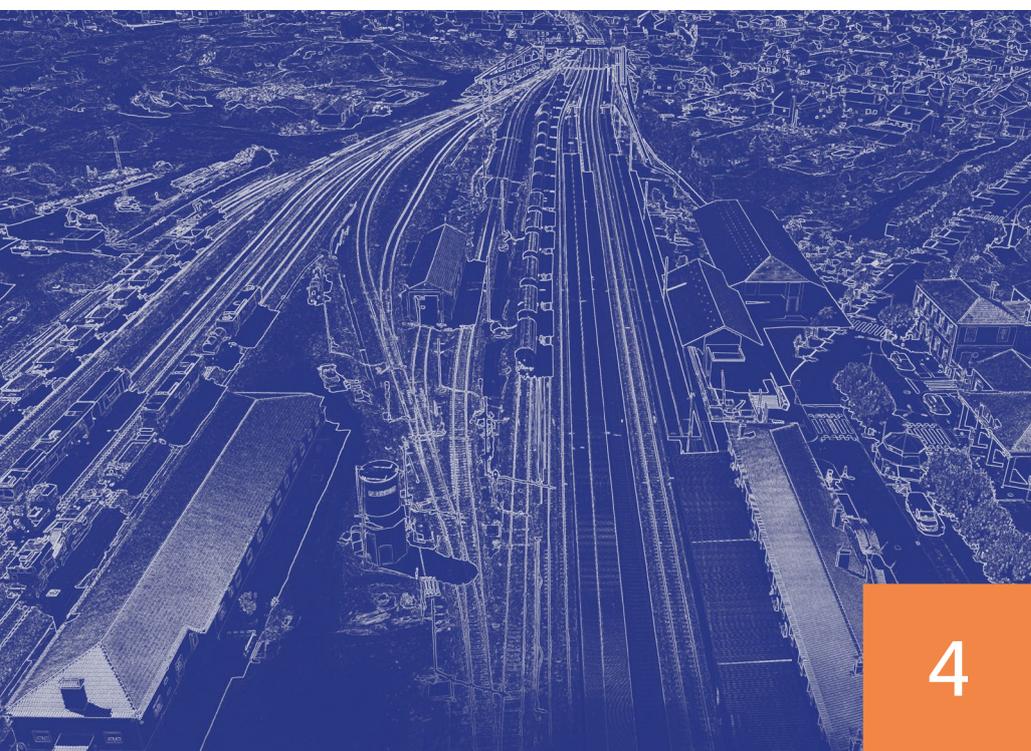
Conservatória do Registo Comercial de Valongo
Capital Social: 10.000.000 euros
NIF: 500 070 210
Alvará n.º 568

An aerial architectural drawing of a city grid, rendered in white lines on a dark blue background. The drawing shows a complex network of streets and building footprints. A large, stylized white number '65' is overlaid on the center of the image. The '6' is a simple outline, and the '5' is a thick, solid white shape.

65

ANOS
1959-2024

ÍNDICE



1°

A CONDURIL

4

2°

RELATÓRIO
DE GESTÃO



12

3°

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E
ANEXO

30



4°

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL

88



5°

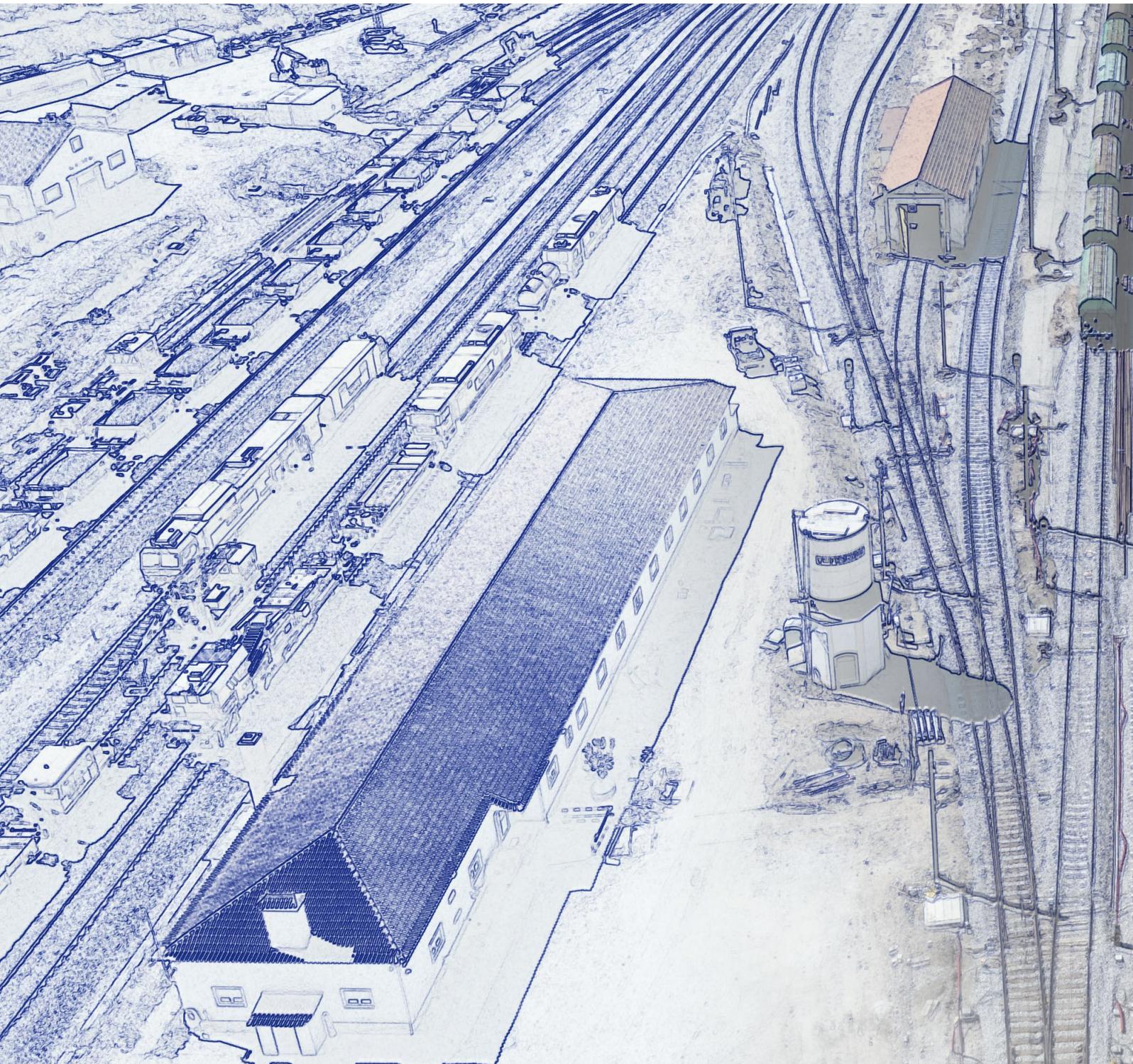
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS

92



1°

A CONDURIL





PORTUGAL

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Benedita Amorim Martins
Presidente do Conselho de Administração

Caros acionistas e stakeholders,

O ano de 2024 trouxe muitos desafios à Conduril, tanto no mercado nacional como no internacional.

Em Portugal, embora se tenha verificado um aumento no lançamento de empreitadas, estas continuam a ser lançadas com bases desajustadas da realidade, o que não nos permitiu angariar o número de obras desejável.

Este facto, juntamente com o terminar de empreitadas de referência, levou a uma diminuição do volume de negócios, o que nos obrigou a um redimensionamento da estrutura visando uma maior eficiência das nossas operações.

Participámos nos concursos da Linha Ferroviária da Alta Velocidade, através do consórcio português Lusolav, tendo sido os únicos concorrentes. O consórcio Lusolav foi adjudicatário do primeiro troço entre Porto-Oiã e esperamos que as obras iniciem em 2026.

Em 2024, ganhámos dois projetos que vão contribuir para um mundo melhor e mais sustentável, um parque eólico para a Iberdrola e a construção de uma unidade de produção de biocombustíveis, projeto HVO para a Galp.

Em África, o ano continuou a ser marcado pela instabilidade e pela guerra, atrasando o início de projetos e reduzindo o lançamento de novos. Contudo, a nossa estratégia de atuação permitiu angariar uma grande carteira de obras com financiamento internacional, que nos permitirá

“Agradeço a todos os trabalhadores, clientes, fornecedores, entidades bancárias e demais *stakeholders*, a colaboração e cooperação demonstrada com a Conduril ao longo da sua existência e, em particular, neste último ano.”

reforçar a nossa posição neste mercado. Temos perspectivas positivas de que os financiamentos internacionais das nossas obras estejam operacionais em breve, pelo que esperamos um crescimento acentuado no volume de negócios em África para os próximos dois anos.

Durante o ano de 2024, a Conduril continuou o trilho da sustentabilidade, tendo publicado o primeiro relatório da pegada de carbono, abrangendo todas as geografias do Grupo Conduril. Este trabalho irá permitir monitorizar a evolução do nosso impacto ambiental e orientar as ações necessárias para alcançar a meta de redução de emissões de gases com efeito de estufa estabelecida para 2030.

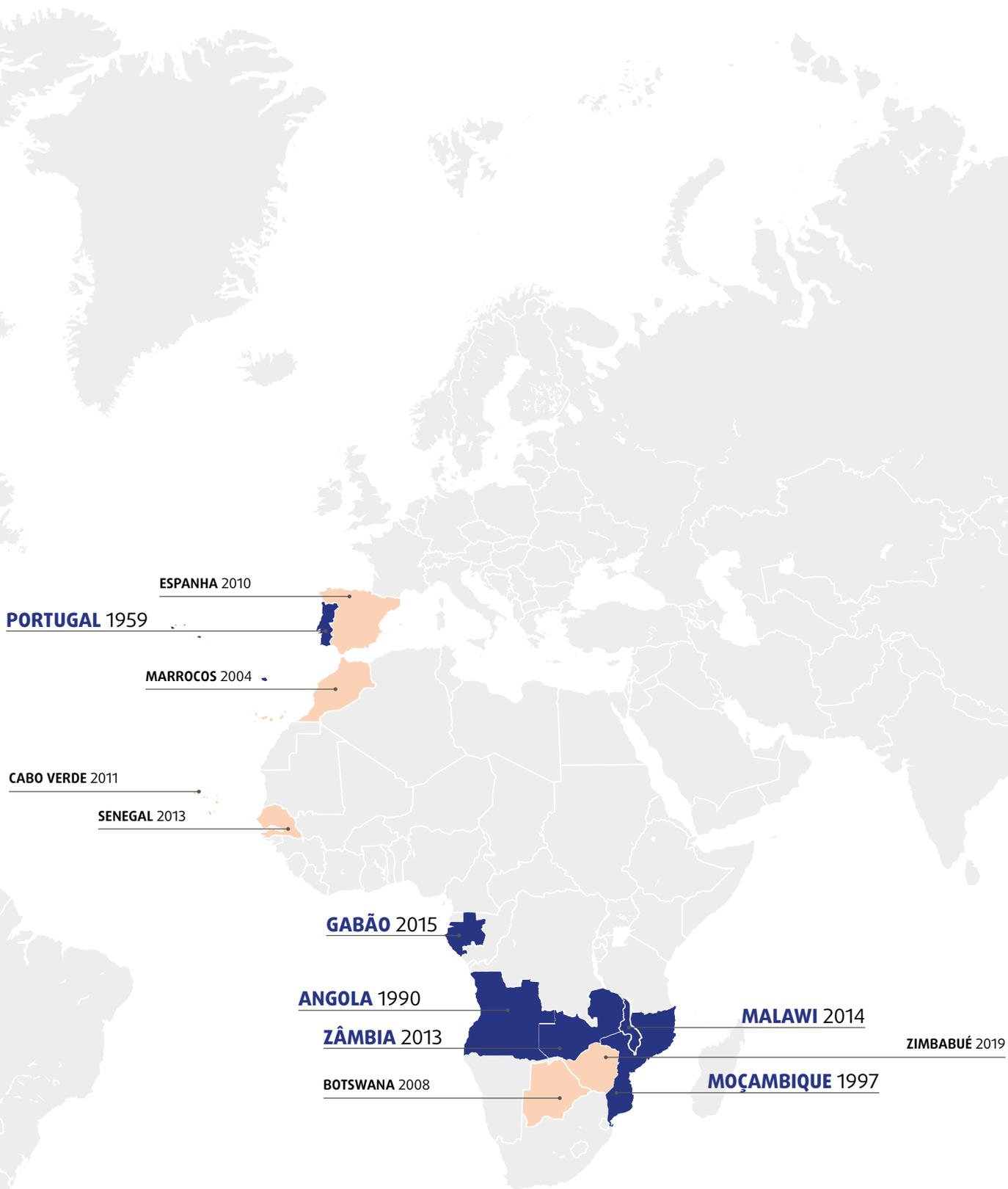
Adicionalmente, reforçámos o alinhamento das nossas práticas com os pilares ESG ao publicar as políticas de Diversidade, Equidade e Inclusão e de Compras Sustentáveis, que refletem os padrões éticos e ambientais que norteiam a nossa atuação.

No âmbito da nossa responsabilidade social, e numa parceria com a Faculdade de Engenharia do Porto, criamos as bolsas Conduril - Engenheiro Amorim Martins.

Para 2025, mantemos a determinação na implementação da nossa Política de Responsabilidade Social Corporativa. Entre os principais destacamos a preparação do reporte de sustentabilidade em conformidade com a diretiva CSRD (*Corporate Sustainability Reporting Directive*), fortalecendo assim, a transparência e a confiança nos processos de comunicação com todos os *stakeholders*.

Com uma história de 65 anos dedicada à engenharia civil, a Conduril - Engenharia, S. A. (adiante designada por Conduril), denominação que adota desde 2011, foi fundada em 1959 como uma sociedade por quotas e transformada em sociedade anónima em 1976. Em 1970, ocorre uma importante alteração na sua estrutura acionista, que influenciará o seu destino até aos dias de hoje. Com as suas ações admitidas à negociação em bolsa desde 1990, atualmente encontra-se cotada no mercado não regulamentado Euronext Access.

A Conduril tem a sua Sede em Valongo, Portugal, localização a partir da qual iniciou a sua internacionalização:



Neste longo percurso participou em centenas de projetos alicerçados nos seus princípios e valores, dando cumprimento aos melhores padrões de qualidade e especificações exigidos, como garantia da satisfação dos seus clientes e demais *stakeholders*.

O modelo de governo da Conduril está assente em princípios amplamente difundidos no seu seio, que caracterizam e regulam a sua atuação e alicerçam a sua perenidade, estando sempre presente que “Temos de ser uma das melhores empresas de Engenharia simultaneamente mais competitiva e mais humana. É este, individualmente e coletivamente, o nosso **COMPROMISSO e PROPÓSITO.**”

(Estrutura Organizacional, fevereiro de 2018).

Para tal, a sua estratégia de negócio tem como pilares:

Visão

A CONDURIL desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

- Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil quer no mercado nacional quer no estrangeiro.
- Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado, e com uma grande capacidade técnica capaz de, além do mais, ter uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

Missão

Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho para os nossos colaboradores - e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social.

Valores

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, da forma certa ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de Integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos; são estes os nossos valores e os fundamentos de todos os nossos princípios.

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

Conselho de Administração

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes
(Vice-Presidente)
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Nélson José de Sousa
Ricardo Nuno de Araújo Abreu Vaz Guimarães

Conselho Fiscal

Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos (Presidente)
Deolinda Paula Baptista Nunes
Jorge Manuel Silva Tavares
João Tiago Barros de Jesus (Suplente)

Revisor Oficial de Contas

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por
Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)

2°

RELATÓRIO DE GESTÃO





MALAWI

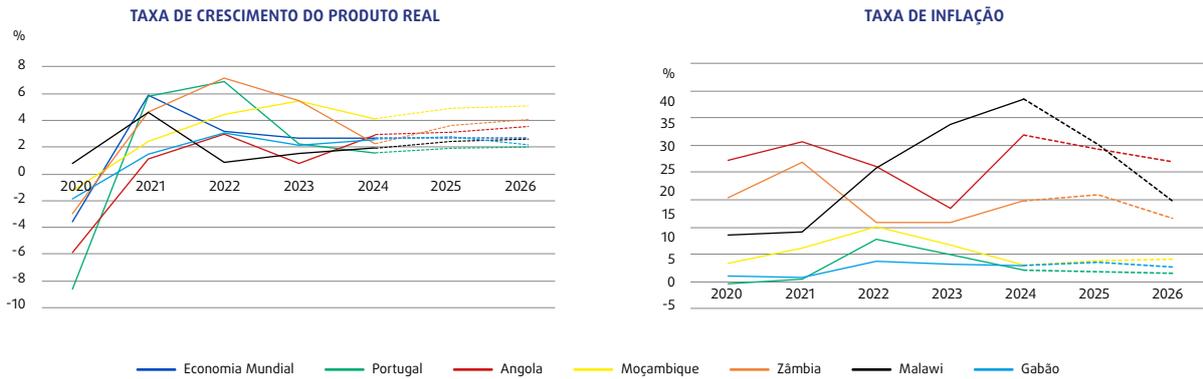
RELATÓRIO DE GESTÃO

O Conselho de Administração da CONDURIL - Engenharia, S.A., no cumprimento dos estatutos e disposições legais aplicáveis, apresenta e submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas o relatório de gestão, as contas do período e demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2024.

1.

O ano de 2024 perspectivava-se já como sendo desafiante, envolto num ambiente macroeconómico ainda muito prudente e com ritmos diferenciados entre as várias economias. Porém, aos desafios já presentes no contexto internacional geopolítico, o ano de 2024 introduziu novas variáveis que geram incertezas significativas quanto ao modelo global futuro.

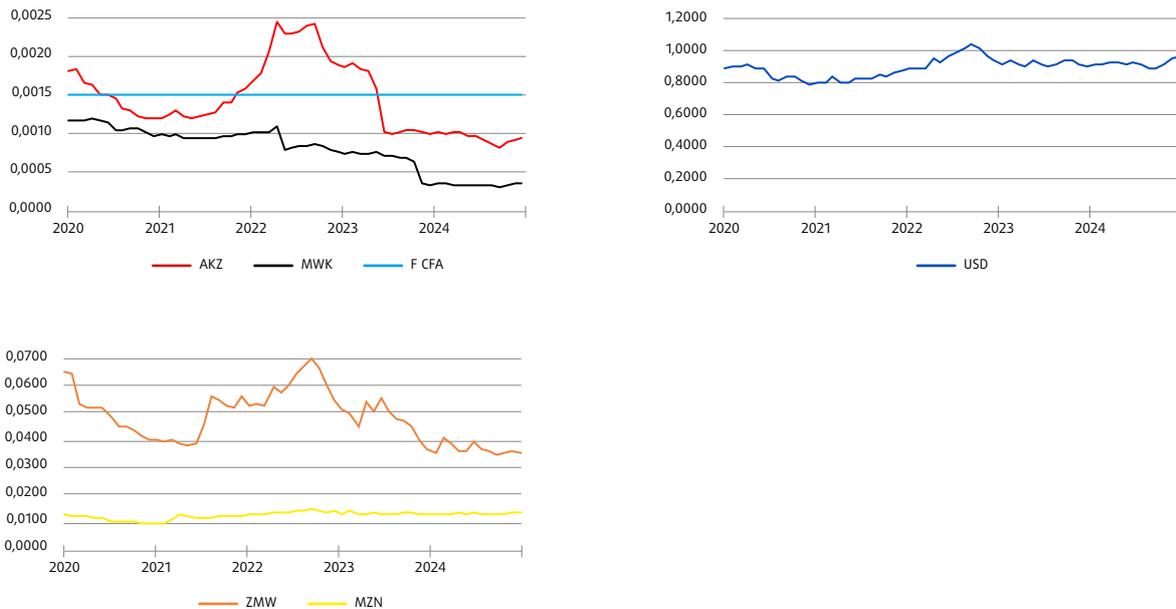
De acordo com as últimas estimativas das Nações Unidas, a economia mundial deverá ter apresentado um crescimento real de 2,7%, projetando-se para o biénio 2025-26 um crescimento equivalente. Aos níveis débeis de crescimento da zona euro – que dificilmente ultrapassarão os 1% – contrastam os valores mais exacerbados das economias emergentes – rondarão os 4%, mas com muitas disparidades entre si. Ainda assim, a força deste crescimento tem vindo a enfraquecer mostrando-se insuficiente para garantir os desejáveis níveis de desenvolvimento que permitam a redução de pobreza e a convergência para os níveis de rendimento das economias mais avançadas.



Esta é a realidade também sentida ao nível das economias onde a Conduril desenvolve a sua atividade:

- Portugal, em 2024, apresentou um crescimento em torno dos 2% – estimulado pelo consumo privado e pelo investimento – conseguiu controlar a inflação na meta dos 2%, beneficiando de uma política monetária menos restritiva, de um baixo desemprego (6,5%), tendo garantido a aprovação do orçamento de Estado para 2025, o que à partida anteveria estabilidade política;
- nas economias africanas persistiram aumentos acentuados dos níveis dos preços, com impactos severos na desvalorização das suas moedas, o que intensifica os reptos nestes países altamente endividados, muito vulneráveis a fenómenos meteorológicos extremos, cada vez mais frequentes, condicionando a atração de novos investimentos, atrasando o necessário crescimento e aumento de produtividade.

EVOLUÇÃO TAXAS DE CÂMBIO



2.

O setor da construção é fortemente influenciado pela conjuntura económica sendo também ele um agente fundamental de estímulo ao crescimento económico, e desenvolvimento sustentável. Como tal, o enquadramento foi diferenciado nos diferentes mercados onde a Conduril se encontra.

Em Portugal, o setor tem-se mostrado resiliente e tem crescido mesmo perante as dificuldades de escassez de mão de obra, da evolução dos preços dos materiais e dos custos de financiamento, das exigentes práticas de construção mais sustentáveis e da transformação digital que se impõe.

O ano 2024 foi o ano de arranque dos dois primeiros concursos de um projeto único em Portugal: a construção da nova Linha Ferroviária de Alta Velocidade. Este projeto, integrante do Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), visa melhorar a capacidade e competitividade ferroviária, reforçar a conectividade territorial e promover a descarbonização.

Neste contexto, a Conduril faz parte do consórcio de empresas portuguesas, LusoLav, que entregou em julho de 2024 e em janeiro de 2025 propostas para o lote A e lote B, respetivamente, do Concurso Público Internacional para a Concessão da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oiã e entre Oiã e Soure. Em ambos os concursos, este consórcio foi concorrente único em consequência da falta de adequação dos valores base dos concursos. Esta é uma realidade em que as entidades públicas insistem, valores base dos concursos irrealistas, obrigando as empresas a esforços desmedidos e insustentáveis para garantir a participação nos projetos, culminado, muitas vezes, na desertificação dos concursos.

Empenhada em contribuir para um desenvolvimento global mais sustentável, a Conduril tenta participar em projetos que o promovam e facilitem a transição para uma economia circular. Neste âmbito, em 2024, ganhou dois importantes projetos: uma unidade de biocombustíveis da Petrogal que nascerá em Sines para produzir diesel renovável (HVO, uma alternativa de menor intensidade carbónica) e um parque eólico para a Iberdrola.

A reabilitação da emblemática Ponte Marechal Carmona, primeira ponte sobre o rio Tejo, é também uma das obras de referência ganha em 2024. A Conduril continua a desenvolver o seu polo de atividade na zona de Sines, tendo angariado mais um importante projeto de reabilitação dos postos de acostagem, por onde se efetuam todas as entradas e saídas de produtos movimentados pela Galp por via marítima.

Ainda no decurso de 2024, foi concluída a construção do estaleiro central da Conduril nos Açores, na ilha de São Miguel, composto por duas naves de armazém e laboração e um edifício de apoio administrativo que permite também o alojamento de 20 pessoas. Esta infraestrutura assume particular importância no objetivo da empresa de expansão que se tem vindo a consolidar neste mercado.

Já em África, as incertezas e dúvidas aportadas ao mercado, continuam a atrasar o início de novos investimentos e causaram um impacto significativo na atividade económica do sector, com consequências severas na sua evolução. Este atraso tem sido também comprometido pelas disrupções na cadeia produtiva, especialmente ao nível dos materiais, matérias-primas e equipamentos.

De facto, o mercado africano caracteriza-se, nos últimos anos, por uma significativa redução de projetos, com financiamento externo e/ou interno, fruto da dificuldade dos países conseguirem fundos que suportem os custos da transformação de infraestruturas que ambicionam. Este fator tem originado uma competição cada vez mais forte entre as empresas (principalmente estrangeiras), com a consequente queda abrupta dos preços, via redução das margens ou até via sacrifícios nos custos.

Perante a concorrência feroz, até com indícios de deslealdade económica – muitas vezes aceite pela União Europeia, enquanto entidade financiadora – a Conduril tem centrado a sua atenção em projetos nos segmentos onde consegue ser mais competitiva e rentável, mas que garantam a necessária liquidez. Esta estratégia tem-se mostrado eficaz, pois permitiu angariar uma forte carteira de obras com financiamento internacional o que permitirá reforçar a sua posição.

Em Angola, apesar dos constrangimentos sentidos neste mercado, a Conduril angariou um conjunto importante de novas obras, mas cujo início dos trabalhos se encontra ainda condicionado por situações que lhe são alheias, mas que se espera que sejam desbloqueadas ao longo de 2025:

- Barragem da Chicomba - com financiamento da linha entre Angola e Portugal assinado durante o ano de 2024 e cujas condições precedentes estão em fase de conclusão;
- Fornecimento e montagem de 186 pontes metálicas Acrow nas 21 províncias de Angola – com financiamento norte americano, do EXIM Bank, o qual foi assinado durante o ano de 2024, encontrando-se as condições precedentes também em fase de conclusão;
- Construção da rede de abastecimento de águas à região agro-pastoril de Porto Amboim – cujo contrato de financiamento deverá ser assinado em 2025;
- Construção de estrada com extensão de 105 km na província do Bengo – cujo contrato de financiamento deverá ser assinado em 2025;
- Construção das pontes do troço Quibala - Gabela – cujo contrato de financiamento deverá ser assinado em 2025.

Assim, a atividade em 2024 foi garantida, com algum crescimento face a 2023, com várias obras de emergência, algumas das quais ainda se irão estender para 2025. Em 2024, ficou concluído e em plena utilização o novo edifício sede em Luanda o qual além das valências de escritórios e habitacionais, está também apto para eventos e formações.

À estagnação económica que já assolava Moçambique, consequência do terrorismo instalado no norte do país e que paralisou o projeto de gás natural que estava em curso, juntou-se no último trimestre de 2024, na sequência das eleições presidenciais, um clima de instabilidade, destruição e desobediência civil, que inibiu a prossecução programada dos trabalhos das obras da Conduril financiadas pela União Europeia.

Na Zâmbia, a entrada do Fundo Monetário Internacional transmitiu confiança e um novo ânimo aos mercados e aos investidores. Em 2024 foi angariada uma nova obra, com financiamento do Banco Mundial, o que permitirá à Conduril manter-se neste mercado nos próximos anos.

Em 2024, entrou em vigor o Millennium Challenge Account Malawi II, um programa de cinco anos promovido pelo governo dos EUA, no valor de 350 milhões de dólares, que visa reduzir a pobreza e estimular o crescimento económico do país. A Conduril ambiciona ganhar alguns concursos neste âmbito e assim alargar a sua carteira neste mercado.

No Gabão, a obra em curso, abastecimento de águas em Libreville, encontra-se em fase de conclusão não se antecipando novos projetos a curto prazo estando em avaliação a continuação neste mercado.

3.

Em 65 anos de existência, a Conduril pode orgulhar-se da robustez dos seus indicadores económico-financeiros que lhe permitiram ter músculo para enfrentar as situações mais adversas. Porém, o ano de 2024 foi um ano particularmente difícil e pela primeira vez a rentabilidade foi significativamente abalada.

INDICADORES	2024	2023	2022
Ativo (€)	372.791.282	364.098.018	387.663.603
Passivo (€)	225.891.364	185.337.530	179.705.445
Capital próprio (€)	146.899.918	178.760.488	207.958.158
Dívida líquida (€)	66.457.285	24.815.230	991.561
Volume de negócios (€)	111.815.812	168.081.164	202.141.846
VAB (€)	34.496.112	59.363.611	75.480.241
EBITDA (€)	-12.197.531	13.660.864	26.068.762
Resultado líquido do período (€)	-28.403.623	2.260.381	7.238.296
Autonomia financeira	39%	49%	54%
Liquidez geral	140%	180%	210%
Rácio de solvabilidade	65%	96%	116%

Os últimos 2 anos evidenciam uma tendência de quebra da rentabilidade e o acumular de várias situações circunstanciais e transitórias, não tendo sido possível a sua inversão em 2024. Apesar da quebra ao nível dos resultados, que impactou diretamente sob o capital próprio, a Conduril continua a apresentar indicadores de balanço sólidos, que bem demonstram a sua notável história ao longo da qual é inevitável enfrentar ciclos mais favoráveis e outros menos. Contudo, não são os períodos de adversidade que definem a empresa, mas sim as estratégias adotadas e a resiliência demonstrada para os superar.

Para um melhor esclarecimento, elencam-se, em seguida, as principais situações que para isso contribuíram, bem como algumas das ações já em curso para as ultrapassar:

- > Em Portugal, o término das duas obras de referência executadas nos últimos anos (Barragem e Central Hidroelétrica do Alto Tâmega e a 3.ª fase da expansão do Molhe Leste do Porto de Sines) originaram uma baixa relevante no volume de negócios o que aliado aos constrangimentos das obras da ferrovia foram fulcrais para esse impacto;

- > A IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), dona de obra das empreitadas Modernização da Linha da Beira Alta, troço Celorico - Guarda e Modernização do Linha da Beira Alta troço Cerdeira - Vilar Formoso tem demonstrado uma falta de colaboração incompreensível na resolução dos problemas com repercussão gritante na rentabilidade das referidas obras.

De uma forma mais detalhada, referimos de seguida os principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento adverso destas duas obras.

A - EMPREITADA MODERNIZAÇÃO DA LINHA DA BEIRA ALTA, TROÇO CELORICO - GUARDA:

- as constantes alterações, incompatibilidades e indefinições de projeto de execução provocaram atrasos e perdas de rendimento, resultando na subprodutividade dos meios afetos, contribuindo para a dilatação anormal do prazo necessário para a execução da empreitada - o prazo final da empreitada foi superior ao prazo inicial em cerca de 70%;
- os trabalhos relacionados com a drenagem ocorreram em condições bastante mais gravosas do que aquelas previstas em projeto de execução, nomeadamente, a área disponível para materialização da atividade, acessibilidades deficientes e realidade geológico-geotécnica mais agressiva;
- nos trabalhos de terraplanagem verificou-se a inexistência de material com características de sub-balastro, previsto de acordo com o caderno de encargos e projeto de execução, necessário para a execução do tratamento de plataforma, na área da empreitada. Tal obrigou a incorrer num aumento significativo de custos para a colocação do referido material em obra;
- a execução dos trabalhos de estabilização de taludes e vedações pressupõe a utilização de materiais predominantemente derivados do aço/metal. O incremento muito acentuado dos preços desta matéria-prima, potenciado pela pandemia da Covid-19 e pela guerra da Ucrânia, representaram um acréscimo de custos avultado;
- a obra encontrava-se no pico de produção, com todas as atividades em curso ao longo da extensão da obra, tendo sido severamente afetada por invernos rigorosos, com pluviosidade anormalmente elevada e ininterrupta, situação que provocou estragos avultados nos trabalhos já realizados que tiveram de ser novamente efetuados;
- a aceleração pedida pela IP para a conclusão dos trabalhos de via no final do ano 2023, que acarretou reforço de meios para a sua execução, alteração do plano de trabalhos e do modo de execução de algumas atividades, com efeito direto no agravamento dos custos.

Perante os constrangimentos acima referidos a Conduril solicitou ao IP o reequilíbrio financeiro do contrato. As negociações decorrem há largos meses e apesar das dificuldades sentidas no entendimento da razão que assiste à Conduril, mantém-se a convicção que a empresa será ressarcida do prejuízo.

Esta obra já se encontra totalmente realizada e em fase de receção provisória e, não obstante a postura da IP, a Conduril manteve sempre uma atitude construtiva e cooperante o que permitiu, em 22 de novembro de 2024, inaugurar a Linha de Beira Alta com a presença de Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e Habitação, estando desde essa data o troço desta empreitada aberto e em funcionamento.

B - EMPREITADA MODERNIZAÇÃO DA LINHA DA BEIRA ALTA, TROÇO CERDEIRA - VILAR FORMOSO:

- atraso na obtenção de licença para o abate de árvores: foram identificadas 50.000 árvores nas parcelas necessárias à execução dos trabalhos objeto da empreitada (quer no DPF - Domínio Público Ferroviário, quer nas parcelas exteriores ao DPF), das quais 20.000 unidades são árvores protegidas (sobreiros e azinheiras), que condicionaram fortemente os trabalhos;
- demora na expropriação de parcelas dentro do DPF;
- atrasos na consignação de parcelas necessárias à realização dos trabalhos e consignações parciais: a primeira consignação parcial da empreitada ocorreu 2,5 meses após a data-limite prevista no caderno de encargos, tendo a segunda consignação parcial ocorrido cerca de 4 meses após a data-limite prevista no mesmo documento. A impossibilidade de entrada nessas frentes de trabalho foi um forte impedimento ao avanço e arranque de atividades inscritas no plano de trabalho, resultando em inúmeros meios (equipamentos e mão-de-obra) parados, total ou parcialmente, com perdas de produtividade consideráveis;



PORTUGAL

- alterações de projeto e indefinição de trabalhos;
- realidade geológico-geotécnica muito mais gravosa comparativamente com o projeto de execução;
- pelo facto de se tratar de uma linha ferroviária em exploração, grande parte dos trabalhos são obrigatoriamente executados em período de interdição à exploração, isto é, nos horários definidos pela IP em que a linha fica restringida à circulação de composições ferroviárias destinadas ao transporte de passageiros e mercadorias. Sucede que ao longo da empreitada, por inúmeras vicissitudes, esses períodos foram muitas vezes inferiores àqueles que estavam previstos, traduzindo-se num maior custo associado aos recursos diretos (subprodutividade) e numa maior permanência dos meios indiretos em obra (prazo);
- O prazo final da obra foi superior ao prazo inicial em cerca de 100%.

Neste contexto a disrupção do faseamento construtivo linear previsto em fase de concurso obrigou à dispersão dos recursos, diminuição da dimensão das frentes de trabalho e aumento de microfases no processo construtivo da obra, provocando uma forte quebra de produtividade em relação aos rendimentos normais e expectáveis, traduzida numa maior permanência em obra dos meios de produção afetos aos trabalhos e consequentemente na rentabilidade da empreitada.

Assim, a Conduril solicitou o reequilíbrio financeiro sendo que o dono de obra apenas concordou com parte do valor reclamado, obrigando a recorrer a Tribunal Administrativo, ação que se encontra em curso, com consciência do tempo que a justiça portuguesa demora na resolução deste tipo de processos. Para além da ação judicial referida, continuam as negociações com a IP no sentido de ver ressarcidos os restantes prejuízos. Caso tal não ocorra, a Conduril ver-se-á obrigada a dar entrada com uma nova ação judicial.

- > Outra empreitada que contribuiu para os resultados apresentados foi a obra de construção civil na unidade de biocombustíveis para a produção de diesel renovável - HVO - integrada no maior projeto da Galp em Portugal. A especificidade e a magnitude deste investimento têm provocado sucessivas alterações ao projeto inicial e a sua importância estratégica obriga ao reforço das medidas de segurança já de si extremamente rigorosas em ambiente de refinaria pondo constantemente em causa todo e qualquer planeamento possível. Acresce a isto, o atraso significativo no acesso aos locais de execução da obra, os quais foram disponibilizados de forma faseada e tardia, o que se refletiu inevitável e negativamente na sua rentabilidade. Até os próprios processos mais simples, como a mera circulação de pessoas e equipamentos em obra, acarretam uma burocracia impensável que impede os rendimentos previstos em orçamento. O cliente, consciente desta situação, concordou iniciar conversações com o objetivo de equilibrar o projeto.
- > Note-se que, os valores que se encontram em negociação resultantes das situações referidas nos pontos anteriores, por uma questão de prudência, não estão refletidos nas demonstrações financeiras.
- > A complexidade e o esforço financeiro que exige um processo de candidatura ao projeto de Alta Velocidade é muito significativa, sendo o desfasamento temporal da sua recuperação, se existir adjudicação da proposta entregue, algo que obriga a uma grande exigência financeira nesta fase. A presença da Conduril no único consórcio de empresas que apresentou proposta para o lote A e B, tendo sido adjudicatária no caso do lote A, demonstra o seu empenho na participação neste projeto, apesar das elevadas dificuldades inerentes.
- > As grandes obras angariadas em Angola têm obrigado a um esforço significativo de mobilização, que ainda não consegue ser recuperado devido aos longos processos burocráticos que precedem o efetivo início dos trabalhos. Por sua vez, em Moçambique, e como já referido acima, a inibição gerada pelo clima de instabilidade política e social vivido foi penalizadora na prossecução dos trabalhos programados e consequentemente na sua rentabilidade.
- > Na Zâmbia, instaurou-se em 2024 uma ação judicial contra a Road Development Agency de forma a reaver a dívida relativa à obra Nacala Road Corridor Project Phase II, que perfaz cerca de 40 milhões de euros, e que se encontra pendente há vários anos. No seguimento desta ação foi dada razão à Conduril tendo-se iniciado, ainda em 2024, um plano de pagamento parcelar. Perante os sinais concretos evidenciados, é com expectativa favorável que se prevê o desfecho do recebimento das dívidas do Estado, porém ainda não foi recebido o plano global de pagamento da dívida.

- > Outra situação que continua a causar desgaste e constrangimentos financeiros intoleráveis é o processo de arbitragem que remonta já a 2019 e prende-se com a participação da Conduril na concessionária da subconcessão rodoviária Rotas do Algarve Litoral (RAL) e que ainda não se encontra concluído. Esta delonga é inaceitável quando as obras de requalificação da N125 se encontram em plena utilização desde 2017.

Apesar da subconcessionária ter colaborado nos processos de renegociação da iniciativa da IP, esta nunca logrou obter o necessário visto do Tribunal de Contas, daí que na ação intentada se evocasse o direito à rescisão do vínculo contratual existente e o ressarcimento pelo investimento realizado até essa data (um pedido indemnizatório que ascende a 445 milhões de euros).

Ao abrigo deste processo arbitral, ficou deliberado que a subconcessionária teria de garantir os trabalhos de operação e manutenção dos lanços subjacentes recebendo como contrapartida uma prestação mensal provisória, a fim de evitar a sua rutura financeira, a qual se tem mostrado claramente insuficiente e desajustada face ao agravamento de preços vivido e à demora em ser proferida a decisão final, representando uma penalização acrescida.

Em dezembro de 2024, a RAL promoveu a constituição de um novo tribunal arbitral após o anterior constituído em 2019 (presidido a partir de 2024 por um novo presidente) ter-se considerado incompetente para apreciação de um novo pedido de resolução, submetido pela RAL com base em novos fundamentos. O tribunal arbitral recentemente promovido não deverá declarar-se incompetente, por ter sido constituído precisamente para apreciar a questão da resolução do contrato com base nesses novos fundamentos.

Assim, continua-se a aguardar a conclusão deste penoso processo sobre o qual a Conduril mantém plena convicção quanto ao seu desfecho favorável.

- > Inevitavelmente, o acumular das situações referidas obrigaram a um aumento dos financiamentos. Através de um planeamento estratégico rigoroso e de uma gestão financeira prudente, os esforços encetados para ultrapassar e regularizar essas situações permitirão o escrupuloso cumprimento dos compromissos correntes assumidos. A Conduril prevê, assim, retomar em breve os níveis normais de financiamento da empresa, mantendo a plenitude da sua estabilidade financeira.



PORTUGAL

4.

A Conduril preserva o seu compromisso de oferecer construções que atendam e excedam as expectativas dos clientes, atuando com base na sua Política de Qualidade, cumprindo com os mais altos e rigorosos padrões de qualidade e exigências do processo produtivo, dos cadernos de encargos e sustentabilidade e adaptando os seus processos às características específicas de cada projeto, observando toda a legislação disponível para garantir a excelência das construções.

O Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, de acordo com a ISO 9001, em Angola, Moçambique e Portugal, contribui ativamente para a prestação de serviços de qualidade, assim como, na disponibilização de toda a informação relevante, verdadeira e rigorosa aos clientes.

Importantes motores do controlo de qualidade das construções da Conduril são, também, os laboratórios centrais de Portugal e Moçambique, os quais se encontram acreditados pelo IPAC - Instituto Português de Acreditação para a realização de diversos ensaios no âmbito dos solos, agregados e betões. Com a sua atuação, garantem aos clientes a competência técnica e imparcialidade na execução de estudos e ensaios, tendo a sua presença sido reforçada no sul de Portugal com a implementação de instalações fixas nessa geografia.

Em Portugal, a Conduril possui ainda a certificação para o controlo de produção em fábrica (marcação CE) para componentes estruturais para estruturas metálicas em aço, bem como a certificação do controlo de produção de betão no centro de produção de Sines.

A garantia de elevados níveis de confiança dos clientes e parceiros comerciais passa também por salvaguardar a implementação de elevados padrões de segurança ao nível da informação. A Conduril mantém como prioridade diária a proteção e a confidencialidade da informação, garantindo a continuidade da certificação do seu Sistema de Gestão da Segurança da Informação, atribuída pela APCER em conformidade com a norma ISO 27001.

Em 2024, foi dado um importante passo para promover, aprofundar e difundir o conhecimento do setor da construção em Portugal e assim garantir a sua evolução equilibrada, com a criação da Fundação da Construção, da qual a Conduril é sócia fundadora. A Fundação visa contribuir para o desenvolvimento económico e social do país, colaborando com estudos, debates e propostas de apoio à decisão política sobre matérias no âmbito da construção.

A Conduril assume o seu empenho de sustentabilidade e a sua responsabilidade social e ambiental, através da geração de riqueza, garantindo o bem-estar dos cidadãos, minimizando os impactos negativos e maximizando os impactos positivos das suas atividades e produtos, no meio ambiente e nas pessoas.

A sua Agenda para a Sustentabilidade 2030 assenta em quatro grandes eixos:

- Criar riqueza duradoura alicerçada numa cultura de integridade;
- Proporcionar ambientes de trabalho seguros e saudáveis e promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores;

- Promover práticas ambientalmente sustentáveis;
- Atuar com respeito pelas comunidades locais e fomentar o seu desenvolvimento e bem-estar.

Em 2024, publicou o seu primeiro Relatório de Pegada de Carbono, dando cumprimento a um dos seus principais compromissos: a redução das emissões de gases de efeitos de estufa. Este conhecimento permite a adoção de práticas de gestão de emissões, recorrendo à evolução tecnológica, aliada à implementação de estratégias inovadoras, promovendo e garantindo uma maior eficiência energética, contribuindo assim para um futuro mais sustentável.

Ainda em 2024, desenvolveu uma Política de Compras Sustentáveis que pretende fortalecer o compromisso com a sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor, reconhecendo que práticas responsáveis são essenciais para a competitividade e inovação no mercado atual, assegurando a transparência na relação com os fornecedores e estabelecendo critérios para que estes adotem práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas.



MOÇAMBIQUE

A Conduril acredita que a sua sustentabilidade depende da dimensão ambiental, razão pela qual adota no desenvolvimento das suas atividades, independentemente da dimensão, da natureza ou do local onde decorrem, medidas que promovem o respeito e equilíbrio com o meio ambiente e as populações, cumprindo escrupulosamente os requisitos normativos e legais em vigor, bem como demais requisitos dos cadernos de encargos. O seu Sistema de Gestão Ambiental, certificado pela APCER de acordo com a ISO 14001, em Angola, Moçambique e Portugal, constitui uma ferramenta essencial, permitindo alcançar uma confiança acrescida por parte dos stakeholders, através da melhoria contínua do seu desempenho ambiental. É também neste âmbito que se encontra em implementação a avaliação e medição das nossas atividades qualificáveis como ambientalmente sustentáveis, de acordo com os objetivos ambientais definidos pelo Regulamento Taxonomia da União Europeia, que se traduzirão em indicadores concretos e mensuráveis do contributo da empresa para uma economia verde.

A Conduril encara com a maior seriedade o seu compromisso para com a saúde e segurança dos seus colaboradores, tendo implementados vários mecanismos de gestão e salvaguarda das mesmas, formalizados na Política de Segurança e Saúde e Política de Responsabilidade Social Corporativa. As políticas de gestão em vigor preveem não só o cumprimento da legislação, normas, regulamentos e cadernos de encargos aplicáveis à atividade e as obrigações de conformidade relativas ao Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, certificado pela APCER de acordo com a ISO 45001, em Angola, Moçambique e Portugal, como visam proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção das lesões e afeções da saúde dos colaboradores, prevenindo ainda a ocorrência de acidentes de trabalho e o surgimento de doenças profissionais.

A responsabilidade social da Conduril é ainda completada pela preocupação permanente no bem-estar dos seus 2.600 colaboradores, patenteada nos seguros de saúde e vida e no fundo de pensões integralmente suportados pela empresa, assim como pelo incentivo à formação que, em 2024, se traduziu em mais de 31.500 horas de formação.

Em 2024, a Conduril concedeu 32 bolsas de estudo para o ensino superior para apoio aos filhos dos seus colaboradores em Angola e Moçambique, programa que se iniciou em 2019 e que já contribuiu para a formação superior de 13 bolseiros.

Neste mesmo ano foram criadas em Portugal as Bolsas Conduril – Engenheiro Amorim Martins, de acordo com o regulamento estabelecido com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto tendo sido contemplados os primeiros dois estudantes com as mesmas em janeiro de 2025. Esta iniciativa reforça o compromisso da Conduril com o desenvolvimento do talento e da engenharia em Portugal, proporcionando aos jovens não apenas apoio financeiro, mas também orientação e contacto com a realidade profissional.

5.

O dinamismo e a complexidade das múltiplas variáveis que o setor da construção enfrenta podem rapidamente converter incertezas em obstáculos que comprometem não apenas o sucesso de um projeto, mas também a estabilidade e desempenho da empresa.

A Conduril, de forma a garantir a resiliência e sustentabilidade das suas operações, dá especial importância à sua política de gestão de risco, integrando uma abordagem sólida e sistemática para identificar, avaliar e mitigar impactos, riscos e oportunidades associados às suas atividades e à sua cadeia de valor, que possam pôr em causa a prossecução dos seus objetivos.

As várias dimensões de risco - risco financeiros e operacionais, risco ambientais e sociais, risco reputacionais e de conformidade e mais recentemente os ciber-riscos - são avaliadas de uma forma global dado é o envolvimento e a interligação dos desafios a que a Conduril se encontra exposta. É uma gestão interativa e diligente a qual, perante a identificação de novos riscos, de imediato reforça e realinha esses vetores na sua gestão integrada do risco.

6.

O ano de 2025 augura um escalar de tensões comerciais e de medidas protecionistas a grande escala que irão acrescer uma pressão muito significativa à eficiência do mercado e das cadeias de abastecimento globais, as quais têm já sido sucessivamente postas em causa nos últimos anos.

Espera-se que Portugal seja capaz de capitalizar os seus sucessos económicos recentes e aproveitar o panorama histórico de financiamento de fundos europeus – pela articulação do PRR com o Portugal 2030 – mostrando-se o setor da construção fundamental para essa superação e para o progresso da atividade económica, almejando-se que o setor se mostre impávido aos impasses políticos que se adivinham.

Por sua vez, em vários países de África, existem uma série de indicadores macroeconómicos que têm transmitido uma confiança ao mercado que estava desaparecida há já alguns anos, pelo que se espera que se esteja a assistir a momentos de inflexão e que o crescimento e a estabilidade económico-financeira sejam alcançados a médio prazo. Porém, a debilidade e a dependência destas economias, numa conjuntura mundial adversa, pode rapidamente precipitá-las para novas depreciações cambiais, pondo em causa qualquer esforço de recuperação.

Quanto maior a adversidade, maior o empenho da Conduzil para superá-la com determinação e resiliência. As dificuldades, patentes neste relatório, obrigaram a uma reflexão interna profunda e global, abrangendo não só o seu modo de atuar como também a sua estrutura e organização interna.

Para um melhor alinhamento à realidade atual, iniciou-se uma remodelação do parque de equipamento – adequando-o ao tipo de projetos em carteira e alienando algum equipamento específico utilizado nas obras terminadas - e a reestruturação de vários departamentos internos. Não obstante, a melhoria da eficiência operacional não foi descurada, tendo para tal sido realizado um investimento de cerca de 9 milhões de euros em novos equipamentos e ativos.

O volume de obras em carteira - o maior de sempre - ascende a 1.200 milhões de euros. Das obras referidas no ponto 2, salienta-se em Portugal a nova linha de Alta Velocidade, troço Porto – Oiã, e em Angola as 186 pontes metálicas nas 21 províncias do país projeto que, dada a sua dimensão e dispersão territorial, obrigou a um planeamento rigoroso e atempado. O seu início ocorrerá assim que se receba o respetivo adiantamento, o qual se perspetiva que aconteça em abril de 2025.

A Conduzil sente a responsabilidade que assumiu ao assinar o contrato desta empreitada (a maior alguma vez realizada na sua história) o que aliado ao empenho na sua participação no projeto da Linha de Alta Velocidade em Portugal e à plena consciência nos desafios futuros, a deixam preparada e confiante para que em 2025 seja retomada a trajetória de resultados que sempre a pautou e os dados económico-financeiros retomem os seus níveis historicamente normais.

7.

Outras informações:

- a)** A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Marrocos.
- b)** Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.
- c)** O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 2.000.000 de ações ordinárias, com o valor nominal de 5 euros cada.
- d)** As 200.009 ações próprias detidas pela empresa não foram objeto de qualquer transação no ano.
- e)** De acordo com o disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, são os seguintes os valores mobiliários emitidos pela Conduril - Engenharia, S.A. detidos por titulares de órgãos sociais a 31 de dezembro de 2024:

TITULARES	ÓRGÃO SOCIAL	N.º DE AÇÕES
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins	Conselho de Administração	^(a) 425.651
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes	Conselho de Administração	^(b) 310.604
António Emanuel Lemos Catarino	Conselho de Administração	5.857
Jorge Lúcio Teixeira de Castro	Conselho de Administração	55
Ricardo Nuno de Araújo Abreu Vaz Guimarães	Conselho de Administração	22.230

(a) 198.925 ações detidas, indiretamente, através da sociedade por si dominada, Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.
 (b) 74.696 ações detidas, indiretamente, através da sociedade por si dominada, Quinta do Javali, Lda.

Relativamente a estes valores mobiliários não ocorreram cessações de titularidade, tendo ocorrido as seguintes aquisições ao longo de 2024:

- a acionista Maria Benedita Andrade de Amorim Martins adquiriu as seguintes ações:

DATA	PREÇO	VOLUME
22/01/2024	21,40 €	1.130 ações
29/01/2024	23,40 €	720 ações
31/01/2024	23,40 €	450 ações
05/02/2024	23,40 €	1.300 ações
12/02/2024	23,40 €	930 ações
27/02/2024	24,40 €	1.000 ações
07/03/2024	26,60 €	640 ações
22/04/2024	27,20 €	880 ações
30/04/2024	27,20 €	2.450 ações
03/05/2024	27,20 €	1.610 ações
14/05/2024	27,00 €	984 ações

- a acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins adquiriu as seguintes ações:

DATA	PREÇO	VOLUME
21/03/2024	27,40 €	572 ações
13/05/2024	27,00 €	2.484 ações
14/05/2024	27,00 €	1.016 ações

f) Os negócios ou operações entre a sociedade ou qualquer entidade por si controlada e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização são inexistentes ou assumem a natureza de transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas e são realizadas no âmbito da atividade corrente do grupo, em condições normais de mercado para operações similares. Caso existam, os mesmos estarão sujeitos a autorização por deliberação do Conselho de Administração, respeitando o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

8.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado líquido negativo do período de 2024, no montante de 28.403.623 euros, seja transferido integralmente para Resultados transitados. Propõe, ainda, que os referidos resultados sejam cobertos pela rubrica de Outras reservas.

9.

O Conselho de Administração manifesta o seu apreço e agradecimento a todos os trabalhadores, clientes, fornecedores, entidades bancárias, órgãos sociais e demais *stakeholders* que têm colaborado e contribuído para a trajetória robusta da Conduril ao longo dos últimos 65 anos.

Só com o empenho e cooperação de todos é possível a Conduril continuar a superar os desafios vindouros e assim trilhar um caminho de sucesso e crescimento sustentável.

Ermesinde, 8 de abril de 2025
O Conselho de Administração

3º

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E ANEXO**





BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Montantes expressos em EURO

A Administração,

O Contabilista Certificado,

	NOTAS	2024	2023
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	3,7	75.532.058	81.314.447
Ativos intangíveis	3,6	5.389.794	5.356.325
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3,9	4.052.239	4.040.796
Outros investimentos financeiros	3,9;18	46.925.108	45.747.409
Ativos por impostos diferidos	3,17	1.893.276	1.885.348
Subtotal		133.792.475	138.344.325
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3,10	15.285.020	14.764.261
Clientes	3,18	136.013.833	112.304.179
Clientes c/retenções de garantias	3,18	7.929.271	7.737.325
Estado e outros entes públicos	20	14.140.639	19.183.033
Outros créditos a receber	3,20	56.304.655	47.001.557
Diferimentos	3,20	925.484	819.431
Ativos financeiros detidos para negociação	3,18	-	2.633.217
Caixa e depósitos bancários	3,4	8.399.904	21.310.691
Subtotal		238.998.806	225.753.693
TOTAL DO ATIVO		372.791.281	364.098.018
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	18	10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3,18	(5.220.000)	(5.220.000)
Reservas legais	18	2.094.492	2.094.492
Outras reservas		216.637.696	215.277.311
Resultados transitados		530.151	374.580
Excedentes de revalorização		2.392.589	2.514.769
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(51.131.388)	(48.541.045)
Subtotal		175.303.540	176.500.107
Resultado líquido do período		(28.403.623)	2.260.381
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	146.899.917	178.760.488
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3,13	14.028.542	12.934.982
Financiamentos obtidos	3,8;18	38.174.091	45.314.696
Passivo por impostos diferidos	3,17	2.601.257	1.629.725
Subtotal		54.803.890	59.879.403
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	45.625.069	47.103.943
Adiantamentos de clientes	3	31.327.500	17.846.402
Estado e outros entes públicos	20	5.426.042	11.754.566
Financiamentos obtidos	3,8;18	67.044.846	32.468.084
Outras dívidas a pagar	3,20	16.634.785	11.233.604
Diferimentos	3,11;20	5.029.232	5.051.528
Subtotal		171.087.474	125.458.127
TOTAL DO PASSIVO		225.891.364	185.337.530
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		372.791.281	364.098.018

O Anexo faz parte integrante do Balanço individual em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024	2023
Vendas e serviços prestados	3;12;20;21	111.815.812	168.081.164
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;9	(114.798)	646.312
Variação nos inventários da produção	3;10	-	-
Trabalhos para a própria entidade	3	353.244	304.087
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(29.277.499)	(44.142.595)
Fornecimentos e serviços externos	20	(51.753.141)	(75.063.372)
Gastos com pessoal	3;19;20	(46.693.644)	(45.702.746)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	(13.873)	27.473
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;18	(38.210)	-
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	(596.148)	1.721.535
Outros rendimentos	14;20	13.045.687	15.255.089
Outros gastos	14;20	(9.573.268)	(5.717.074)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(12.845.838)	15.409.873
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(6.735.606)	(6.807.249)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(19.581.444)	8.602.624
Juros e gastos similares suportados	3;20	(5.681.512)	(5.025.835)
Resultado antes de impostos		(25.262.956)	3.576.789
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(3.140.667)	(1.316.409)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(28.403.623)	2.260.381
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(28.403.623)	2.260.381
Interesses que não controlam			
Subtotal		(28.403.623)	2.260.381
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		(15,78)	1,26

A Administração,

O Contabilista Certificado,

O Anexo faz parte integrante da Demonstração individual dos resultados em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		97.004.788	132.487.367
Pagamentos a fornecedores		(100.605.514)	(126.386.443)
Pagamentos ao pessoal		(42.758.326)	(41.302.674)
Caixa gerada pelas operações		(46.359.052)	(35.201.749)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		250.930	(571.187)
Outros recebimentos/pagamentos		9.710.671	19.857.846
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		(36.397.451)	(15.915.090)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(85.427)	(1.227.856)
Ativos intangíveis		(395.046)	-
Investimentos financeiros		(109.643)	(20.072)
Outros ativos		-	(8.542.334)
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		4.580.044	738.000
Investimentos financeiros		71.177	26.920
Outros ativos		2.491.082	19.430.393
Juros e rendimentos similares		2.618.099	3.822.566
Dividendos		129.995	393.687
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		9.300.281	14.621.304
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		245.350.114	175.449.104
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(218.061.759)	(154.703.071)
Financiamentos <i>leasings</i>		(6.235.245)	(9.781.206)
Juros e gastos similares		(4.956.589)	(3.555.553)
Dividendos		(899.996)	(1.620.000)
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		15.196.525	5.789.275
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(11.900.645)	4.495.488
Efeito das diferenças de câmbio		(1.010.142)	(8.199.968)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		21.310.691	25.015.171
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	8.399.904	21.310.691

A Administração,

O Contabilista Certificado,

O Anexo faz parte integrante da Demonstração individual dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Montantes expressos em EUROS

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2024	10.000.000	(5.220.000)	2.094.492	215.277.311	374.580	2.514.769	(48.541.045)	2.260.381	178.760.488	-	178.760.488
Aplicação do resultado do período			2.260.381					(2.260.381)	-		-
Posição em 01 de janeiro de 2024 após aplicação de resultados	10.000.000	(5.220.000)	2.094.492	217.537.692	374.580	2.514.769	(48.541.045)	-	178.760.488	-	178.760.488
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									917.896		917.896
Realização de excedente de revalorização					235.306	(235.306)			-		-
Ajustamentos por impostos diferidos					(79.128)	113.126			33.998		33.998
Aplicação do método da equivalência patrimonial									(614.840)		(614.840)
Remensurações de planos de benefícios definidos pós-emprego									(2.837.715)		(2.837.715)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(607)				(56.291)		(56.291)
					155.571	(122.180)	(2.590.343)	-	(2.556.952)		(2.556.952)
Resultado líquido do período											
RESULTADO INTEGRAL											
								(28.403.623)	(28.403.623)		(28.403.623)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Distribuições				(899.996)					(899.996)		(899.996)
				(899.996)					(899.996)		(899.996)
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2024	3	10.000.000	(5.220.000)	2.094.492	216.637.696	530.151	2.392.589	(28.403.623)	146.899.917	-	146.899.917

O Anexo faz parte integrante da Demonstração individual das alterações do capital próprio em 31 de dezembro de 2024.

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Montantes expressos em EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSFERIDOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSICÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2023	9.000.000	(5.220.000)	3.094.492	209.659.015	616.458	2.564.723	(18.994.825)	7.238.296	207.958.159	-	207.958.159
Aplicação do resultado do período				7.238.296				(7.238.296)	-		-
Posição em 01 de janeiro de 2023 após aplicação de resultados	9.000.000	(5.220.000)	3.094.492	216.897.311	616.458	2.564.723	(18.994.825)	-	207.958.159	-	207.958.159
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					57.914	(57.914)	(26.461.643)		(26.461.643)		(26.461.643)
Realização de excedente de revalorização					(79.60)	79.60			-		-
Ajustamentos por impostos diferidos									-		-
Aplicação do método da equivalência patrimonial							(4.307.606)		(4.307.606)		(4.307.606)
Remensurações de planos de benefícios definidos pós-emprego					(291.832)		1.289.740		1.289.740		1.289.740
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(6.712)		(358.543)		(358.543)
	-	-	-	-	(241.878)	(49.954)	(29.546.220)	-	(29.838.051)	-	(29.838.051)
Resultado líquido do período								2.260.381	2.260.381		2.260.381
RESULTADO INTEGRAL								2.260.381	(27.577.671)	-	(27.577.671)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Subscrições de capital	1.000.000		(1.000.000)								-
Distribuições				(1.620.000)					(1.620.000)		(1.620.000)
	1.000.000	-	(1.000.000)	(1.620.000)	-	-	-	-	(1.620.000)	-	(1.620.000)
POSICÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2023	3	10.000.000	(5.220.000)	2.094.492	215.277.311	374.580	(48.541.045)	2.260.381	178.760.488	-	178.760.488

O Anexo faz parte integrante da Demonstração individual das alterações do capital próprio em 31 de dezembro de 2024.

A Administração,

O Contabilista Certificado,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. NOTA INTRODUTÓRIA

ATIVIDADE

A Conduril - Engenharia, S.A. (“Conduril” ou “Empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835, 4445-416 Ermesinde – Valongo, tendo como atividade principal empreitadas de engenharia civil e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

O Conselho de Administração irá manter o acompanhamento de todos os desenvolvimentos relacionados com a situação económica nacional e internacional, designadamente os decorrentes da guerra na Ucrânia e na Palestina. Estes acontecimentos têm originado impactos relevantes no atual enquadramento económico, mantendo-se uma perspetiva de elevada incerteza, nomeadamente no que se refere ao normal funcionamento das cadeias de abastecimento de produtos, quer ao nível da disponibilidade, quer dos preços, pelo que não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos na atividade da Empresa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas).

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de ativos, passivos, rendimentos e gastos. A Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas em separado.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 6 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

B) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas no presente período correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	4 – 50
Equipamento básico	3 – 30
Equipamento de transporte	4 – 12
Equipamento administrativo	3 – 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 20

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

C) GOODWILL

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como rendimentos na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis.

D) LOCAÇÕES

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como locações operacionais quando, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

E) INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de rendimentos ou gastos do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal (não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor na data de aquisição). É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

F) INTEGRAÇÃO DE SUCURSAIS

A informação contabilística das sucursais onde a Empresa desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Cabo Verde, Zâmbia e Malawi, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato da Empresa, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas mensalmente como variações de capitais próprios.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

G) IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES (EXCETO GOODWILL)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

H) GASTOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

I) INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. Por preço de mercado entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

J) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor e, portanto, que a dívida devesse ser mensurada utilizando o método do juro efetivo.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Não existem situações onde a aplicação do método do custo amortizado tenha um impacto materialmente relevante na mensuração, quando comparado com o valor nominal.

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e o Conselho de Administração possa utilizar essa fonte de financiamento por um período superior a um ano.

iii. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal, dado que o efeito da utilização do método do juro efetivo é considerado imaterial.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vi. Letras descontadas e contas a receber cedidas em *factoring*

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Empresa retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "Factoring sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

vii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

K) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos

passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

L) PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

M) IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, do qual é, desde 1 de janeiro de 2022, a sociedade dominante.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais) das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por

impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

N) ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

O) SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como “Outras variações no capital próprio” e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

P) COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Empresa assumiu compromissos de conceder aos seus colaboradores prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Empresa criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 – “Benefícios dos empregados”.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

No final de cada período contabilístico, a Empresa obtém um estudo atuarial elaborado por uma entidade independente, no sentido de determinar o valor das suas responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. Os efeitos resultantes da alteração de pressupostos e da diferença entre os pressupostos utilizados e a realidade são considerados ganhos ou perdas atuariais, sendo reconhecidos diretamente em reservas (outro rendimento integral).

Q) RÉDITO

A Empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, a Empresa reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos de participações registadas ao custo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

R) GASTOS COM A PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

S) TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas pela própria Empresa, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

T) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações

adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“Acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“Acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

U) JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras foi baseada no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A) RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

B) MOEDA ESTRANGEIRA

No reconhecimento inicial, as transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período. Os itens não monetários que sejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar, cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2024		2023	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar dos Estados Unidos	Euro	0,96256	n/a	0,90498	n/a
Dirame marroquino	Euro	0,09507	0,09296	0,09137	0,09126
Metical	Euro	0,01497	0,01447	0,01416	0,01452
Escudo cabo-verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha zambiano	Euro	0,03449	0,03544	0,03520	0,04491
Kwacha malauiano	Euro	0,00054	0,00052	0,00052	0,00077
Kwanza	Euro	0,00104	0,00103	0,00108	0,00131
Dólar zimbabuense	Euro	n/a	n/a	0,00015	0,00025

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

A) IMPARIDADE DOS ATIVOS

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos cash flows futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada da Empresa, bem como nas expectativas futuras. A Empresa considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

B) VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis e intangíveis são revistas em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com a sua localização.

C) DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM CONTAS A RECEBER

A determinação da imparidade é efetuada através da análise individual corresponde ao julgamento da Empresa quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados.

D) RÉDITO E CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método da percentagem de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa relevante que assenta na previsão dos gastos a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo é assente em análises técnicas efetuadas por técnicos.

E) PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

As provisões são reconhecidas após análise dos técnicos de forma a apurar a existência de uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, um provável exfluxo de recursos. Esta estimativa é igualmente suportada com base na opinião dos advogados e consultores da Empresa.

F) RECONHECIMENTO DO VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas com base em avaliações atuariais efetuadas por peritos externos. No apuramento da responsabilidade são incluídos pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Face ao exposto, não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, consequentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	29.192	26.853
Depósitos à ordem	7.575.037	11.995.320
Depósitos a prazo	795.675	9.288.518
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	8.399.904	21.310.691

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

A) TOTAL DE REMUNERAÇÕES: 1.635.304 euros (2023: 1.720.105 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

A) NATUREZA DO RELACIONAMENTO DAS PARTES RELACIONADAS:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,99
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.*	Portugal	100,00	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	Zimbabué	100,00	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	Gabão	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcântara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
Avace Norte, ACE	Portugal	10,00	10,00
Avexp Norte, ACE	Portugal	10,00	10,00
ASSOCIADAS:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente do Conselho de Administração)			
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-Presidente do Conselho de Administração)			
António Emanuel Lemos Catarino			
Jorge Lúcio Teixeira de Castro			
Miguel José Alves Montenegro de Andrade			
Nélson José de Sousa			
Ricardo Nuno de Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	Angola	-	-
Lusolav - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Lusolav II - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Lusolav III - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Lusolav IV - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Avan Norte - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00

* Foi deliberada a dissolução desta entidade, cujo processo terá início no ano de 2025.

B) TRANSAÇÕES E SALDOS PENDENTES:

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

A 31 de dezembro de 2024:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.212.877	-	-	6.277.832
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.657.126	100.966	-	533.663
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	831.697	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	286.946	24.462	-	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	1.033.621	338.373	-	623.439
	11.022.267	463.801	-	7.434.934
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.095.131	-	336.000	645.707
Edirio - Construções, S.A.	5.599.762	996.897	1.030.779	-
Métis Engenharia, Lda.	3.676.667	3.250.916	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	8.187.656	6.565.503	-	-
Urano, Lda.	2.229.827	2.009.779	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	86.262	293.455	-	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	178.129	321.076	-	-
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	111.799	296.999	-	-
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	5.862.431	1.957.015	-	464.327
	29.027.664	15.691.640	1.366.779	1.110.034
ASSOCIADAS:				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	-	40.000	-
	11.412.786	-	40.000	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcântara - Garrovillas	319.788	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	75.747	660.403	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	677.777	179.292	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	2.689.318	561	-	-
	3.762.630	840.256	-	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:		
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	36.000	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	105.703	-
	141.703	-
SUBSIDIÁRIAS:		
Edirio - Construções, S.A.	301.153	2.078.881
Métis Engenharia, Lda.	885.527	269.588
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	242.882
Urano, Lda.	409.514	248.243
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	51.542	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	19.410	357.418
	1.667.146	3.197.012
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	117.001	804.738
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	175.881	36.230
Mugige Vinhos, Lda.	-	10.394
	292.882	851.362

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

A 31 de dezembro de 2023:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.184.023	-	-	6.206.764
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.641.839	100.966	-	538.480
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	831.397	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	242.666	24.462	-	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	922.851	338.373	-	542.714
	10.822.776	463.801	-	7.287.958
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.094.756	-	336.000	643.148
Edirio - Construções, S.A.	5.140.907	1.088.341	758.167	-
Métis Engenharia, Lda.	4.065.399	3.343.045	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	7.717.683	6.319.657	-	-
Urano, Lda.	2.163.289	2.437.397	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	999.604	241.518	-	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	143.602	248.127	-	-
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	111.799	296.999	-	-
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	5.906.805	1.228.576	-	116.450
	29.343.844	15.203.660	1.094.167	759.598
ASSOCIADAS:				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	-	40.000	-
	11.412.786	-	40.000	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcántara - Garrovillas	1.219.788	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	64.904	1.005.175	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	509.386	154.297	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	2.744.765	356	-	-
	4.538.844	1.159.829	-	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:		
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	92.464	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	79.082	-
	171.546	-
SUBSIDIÁRIAS:		
Edirio - Construções, S.A.	270.177	2.311.188
Métis Engenharia, Lda.	875.337	615.628
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	381.298	1.296.244
Urano, Lda.	131.383	767.505
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	68.330	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	13.810	334.893
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	10.945	-
	1.751.281	5.325.458
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	230.230	3.103.010
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	232.744	-
Quinta do Javali, Lda.	-	98.178
Mugige Vinhos, Lda.	-	1.252
	462.974	3.202.440

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

A) As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Investigação e desenvolvimento	6	16,67%
Direitos de superfície	60	1,66%
Programas de computador	6	16,67%
Outros ativos intangíveis	6	16,67%

B) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base a respetiva vida útil esperada.

C) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31.12.2024		31.12.2023	
	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES
Investigação e desenvolvimento	27.740	20.064	27.740	15.441
Direitos de superfície	5.829.975	662.337	5.829.975	655.866
Programas de computador	265.759	154.528	194.001	127.333
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Outros ativos intangíveis	-	-	207	207
Ativos intangíveis em curso	56.128	-	56.128	-
TOTAL	6.226.723	836.929	6.155.172	798.847

D) O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

ATIVOS INTANGÍVEIS	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	
	31.12.2024	31.12.2023
Investigação e desenvolvimento	4.623	4.624
Direitos de superfície	6.471	8.614
Programas de computador	27.195	13.104
TOTAL	38.289	26.342

B) MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO USADO:

A Empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

C) VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação médias para cada rubrica:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	4 - 50	2% - 25%
Equipamento básico	3 - 30	3,33% - 33,33%
Equipamento de transporte	4 - 12	8,33% - 25%
Equipamento administrativo	3 - 25	4% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20	5% - 25%

D/E) RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FIM DO PERÍODO:

	2024							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2023	3.394.473	31.569.201	106.539.458	31.360.316	2.509.334	2.012.681	17.679.572	195.065.035
Adições	-	172.285	5.478.024	1.593.601	95.493	241.323	1.168.210	8.748.936
Alienações	--	(175.873)	(13.376.298)	(721.546)	-	(63.302)	-	(14.337.019)
Variações	-	-	-	(22.945)	-	-	-	(22.945)
Transf. e abates	-	17.948.564	671.730	(1.460)	-	50.638	(18.789.590)	(120.118)
Saldo em 31.12.2024	3.394.473	49.514.177	99.312.914	32.207.966	2.604.827	2.241.340	58.192	189.333.889
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2023	-	19.538.451	69.118.429	21.585.829	1.900.784	1.607.095	-	113.750.588
Adições	-	671.208	3.932.960	1.837.709	118.545	136.895	-	6.697.317
Alienações	-	(136.149)	(5.726.173)	(634.176)	-	(63.300)	-	(6.559.798)
Variações	-	-	10.485	-	-	-	-	10.485
Transf. e abates	-	-	(41.470)	(53.280)	-	(2.011)	-	(96.761)
Saldo em 31.12.2024	-	20.073.510	67.294.231	22.736.082	2.019.329	1.678.679	-	113.801.831
VALOR LÍQUIDO	3.394.473	29.440.667	32.018.683	9.471.884	585.498	562.661	58.192	75.532.058

	2023							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2022	3.394.473	31.370.377	105.795.924	28.503.907	2.490.103	1.824.781	17.511.386	190.890.951
Adições	-	345.800	2.532.797	3.155.704	65.096	187.958	451.109	6.738.464
Alienações	-	(106.176)	(1.747.069)	(182.226)	-	-	-	(2.035.471)
Transf. e abates	-	(40.800)	(42.194)	(117.069)	(45.865)	(58)	(282.923)	(528.909)
Saldo em 31.12.2023	3.394.473	31.569.201	106.539.458	31.360.316	2.509.334	2.012.681	17.679.572	195.065.035
DEPRECIACIONES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2022	-	18.899.989	65.537.640	20.469.637	1.834.099	1.389.865	-	108.131.230
Adições	-	678.497	4.367.222	1.405.350	112.550	217.288	-	6.780.907
Alienações	-	(33.447)	(744.239)	(172.089)	-	-	-	(949.775)
Transf. e abates	-	(6.588)	(42.194)	(117.069)	(45.865)	(58)	-	(211.774)
Saldo em 31.12.2023	-	19.538.451	69.118.429	21.585.829	1.900.784	1.607.095	-	113.750.588
VALOR LÍQUIDO	3.394.473	12.030.750	37.421.029	9.774.487	608.550	405.586	17.679.572	81.314.447

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	1.168.210	451.109
TOTAL	1.168.210	451.109

7.3. Depreciação reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	
	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	671.208	678.497
Equipamento básico	3.932.960	4.367.222
Equipamento de transporte	1.837.709	1.405.350
Equipamento administrativo	118.545	112.550
Outros ativos fixos tangíveis	136.895	217.288
TOTAL	6.697.317	6.780.907

7.4. Depreciação acumulada no final do período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	
	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	20.073.510	19.538.451
Equipamento básico	67.294.231	69.118.429
Equipamento de transporte	22.736.082	21.585.829
Equipamento administrativo	2.019.329	1.900.784
Outros ativos fixos tangíveis	1.678.679	1.607.095
TOTAL	113.801.831	113.750.588

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Investimentos em curso”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se aos seguintes projetos:

ATIVOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	
	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	58.192	17.679.572
TOTAL	58.192	17.679.572

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

31.12.2024	ATIVO BRUTO	DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	68.994.302	40.436.075	28.558.227
Angola	87.156.743	53.696.675	33.460.068
Moçambique	18.255.479	9.259.432	8.996.047
Marrocos	5.199	5.199	-
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	10.381.940	7.397.566	2.984.374
Malawi	4.535.750	3.004.050	1.531.700
TOTAL	189.333.889	113.801.831	75.532.058

31.12.2023	ATIVO BRUTO	DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	79.117.280	41.557.731	37.559.549
Angola	86.040.142	52.933.436	33.106.706
Moçambique	13.419.491	7.691.698	5.727.793
Marrocos	5.200	5.200	-
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	11.438.531	8.154.230	3.284.301
Malawi	5.039.915	3.405.459	1.634.456
TOTAL	195.065.035	113.750.588	81.314.447

8. LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras – Locatários

A) QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA PARA CADA CATEGORIA DE ATIVO À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023:

	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	314.927	204.870
Equipamento básico	12.797.759	14.785.752
Equipamento de transporte	5.409.953	6.357.328
TOTAL	18.522.639	21.347.950

B) RECONCILIAÇÃO ENTRE O TOTAL DOS FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DA LOCAÇÃO À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E O SEU VALOR PRESENTE:

	31.12.2024	31.12.2023
Pagamentos mínimos até 1 ano	4.033.321	5.393.504
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	3.590.580	5.375.717
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS	7.623.901	10.769.221
Pagamento de juros futuros	876.452	803.617
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	6.747.449	9.965.604

C) TOTAL DOS FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DA LOCAÇÃO À DATA DO BALANÇO E O SEU VALOR PRESENTE:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Não mais de 1 ano	4.033.321	5.393.504	3.576.672	5.117.014
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	3.590.580	5.375.717	3.170.777	4.848.590
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	7.623.901	10.769.221	6.747.449	9.965.604

9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

9.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”

	31.12.2024	31.12.2023
Subsidiárias	3.757.369	3.495.674
Entidades conjuntamente controladas	56.456	50.881
Associadas	238.414	494.241
TOTAL	4.052.239	4.040.796

9.2. Empresas subsidiárias

A) LISTAGEM E DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Equivalência patrimonial
Urano, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial

B) QUANTIA ESCRITURADA E DADOS SOBRE AS ENTIDADES:

31.12.2024 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	2.118.720	(645.707)	(2.558)
Edirio - Construções, S.A.	-	6.397.340	344.344	(309.989)
Métis Engenharia, Lda.	1.745.977	5.737.031	4.813.512	351.433
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	15.213.657	(89.792)	(335.690)
Urano, Lda.	381.821	3.285.170	1.644.797	78.896
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	1.372.751	2.852.754	1.454.751	261.441
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	129.330	390.044	129.330	40.145
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	127.489	316.211	127.489	115.665
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	-	6.376.878	(464.327)	(347.877)
TOTAL	3.757.369			

31.12.2023 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	2.119.673	(643.148)	(2.585)
Edirio - Construções, S.A.	-	6.377.576	454.333	48.891
Métis Engenharia, Lda.	1.556.944	5.767.365	4.622.569	3.910
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	251.642	14.734.719	251.643	(285.262)
Urano, Lda.	359.104	3.132.105	1.621.850	185.374
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	1.111.310	2.878.786	1.193.310	580.313
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	89.185	310.761	89.185	23.985
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	127.489	316.211	127.489	115.665
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	-	9.006.899	(116.450)	2.382
TOTAL	3.495.674			

Relacionado com estas participações encontram-se registados, em dezembro de 2024, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	336.000	336.000
Edirio - Construções, S.A.	1.412.500	1.068.156
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	16.627	89.792
Métis Engenharia, Lda.	3.049.838	-
Urano, Lda.	1.259.118	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	82.000	-
TOTAL	6.156.083	1.493.948

9.3. Empreendimentos conjuntos

A) LISTAGEM E DESCRIÇÃO DE INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS SIGNIFICATIVOS:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia
Avace Norte, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Mota-Engil, Teixeira Duarte, Casais, Alves Ribeiro, Gabriel Couto
Avexp Norte, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Mota-Engil, Teixeira Duarte, Casais, Alves Ribeiro, Gabriel Couto

B) PROPORÇÃO DO INTERESSE DE PROPRIEDADE DETIDO E DADOS SOBRE AS ENTIDADES:

31.12.2024 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano,Jaime Ribeiro,Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	12.464.393	(18.835.381)	85.591
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00%	-	8.818.424	(1.067.325)	(33.673)
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	56.456	2.098.981	338.668	34.446
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	437.447	(3.490.700)	(449.723)
TOTAL		56.456			

31.12.2023 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano,Jaime Ribeiro,Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	12.721.238	(18.622.156)	n/d
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00%	-	8.818.385	(1.036.855)	n/d
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	50.881	2.096.779	304.223	(285.803)
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	511.875	(3.040.977)	(183.483)
TOTAL		50.881			

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE. Esta entidade não tem atividade relevante, pelo que o Conselho de Administração considera que não existem impactos relevantes relacionados com esta participação.

C) MÉTODO USADO NO RECONHECIMENTO DOS INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo, sendo a quantia escriturada ajustada pelo valor correspondente à proporção detida nos resultados líquidos, pelos dividendos recebidos e variação do capital próprio.

9.4. Associadas**A) LISTAGEM E DESCRIÇÃO DAS ASSOCIADAS:**

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

B) QUANTIA ESCRITURADA E DADOS SOBRE AS ENTIDADES:

31.12.2024 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	220.223.623	(14.929.372)	(543.835)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	238.414	7.277.775	715.314	571.481
TOTAL	238.414			

31.12.2023 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	176.387.636	(31.729.840)	n/d
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	494.241	5.897.572	745.453	n/d
TOTAL	494.241			

Relacionado com as participações em associadas, encontram-se registados, em dezembro de 2024, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	40.000
TOTAL	11.412.786	40.000

9.5. Rendimentos/perdas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

RENDIMENTOS/PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31.12.2024	31.12.2023
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(591.042)	(332.821)
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	947.539	902.038
Eliminação de rendimentos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	26.116	55.374
Provisões para perdas em empresas do grupo (Nota 13)	(497.411)	21.721
TOTAL	(114.798)	646.312

10. INVENTÁRIOS**10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2024	31.12.2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.203.625	15.668.993
Mercadorias	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
	16.203.625	15.668.993
Perdas por imparidade	(918.605)	(904.732)
TOTAL	15.285.020	14.764.261

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2024	31.12.2023
Inventário inicial	14.764.261	18.653.715
Perdas por imparidade em existências	-	-
Compras	29.798.258	40.253.141
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
Inventário final	(15.285.020)	(14.764.261)
GASTO DO PERÍODO	29.277.499	44.142.595

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	
	31.12.2024	31.12.2023
Inventário inicial	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
Inventário final	-	-
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	-	-

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.873	(27.473)
Produtos acabados e intermédios	-	-
TOTAL	13.873	(27.473)

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2023	904.732
Reforço	13.873
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2024	918.605

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2022	932.205
Reforço	-
Reversão	(27.473)
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2023	904.732

11. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada, bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto em que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era como se segue:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2024	RÉDITO DE 2023
Contratos de construção	110.458.865	166.077.193
TOTAL	110.458.865	166.077.193

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensura com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato (metodologia mais utilizada);
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

31.12.2024	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	287.022.054	294.695.948	11.803.072	5.878.534
TOTAL	287.022.054	294.695.948	11.803.072	5.878.534

31.12.2023	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	566.392.372	671.866.251	11.516.417	4.942.790
TOTAL	566.392.372	671.866.251	11.516.417	4.942.790

12. RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

A) VENDAS - são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com

a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

B) PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

C) JUROS – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

D) DIVIDENDOS – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2024	31.12.2023
Prestações de serviços	111.815.812	168.081.164
Juros	2.654.120	4.161.082
Dividendos	195.673	393.687
TOTAL	114.665.605	172.635.933

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.530.264	173.014	(32.826)	-	3.670.452
Contratos de construção	1.357.162	455.961	-	-	1.813.123
	4.887.426	628.975	(32.826)	-	5.483.575
Investimentos financeiros (Nota 9)	8.047.556	502.228	(4.817)	-	8.544.967
TOTAL	12.934.982	1.131.203	(37.643)	-	14.028.542

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.637.748	282.423	(389.907)	-	3.530.264
Contratos de construção	2.803.667	-	(1.446.505)	-	1.357.162
Outras provisões	279.876	-	(167.546)	(112.330)	-
	6.721.291	282.423	(2.003.958)	(112.330)	4.887.426
Investimentos financeiros (Nota 9)	8.069.278	34.868	(56.590)	-	8.047.556
TOTAL	14.790.569	317.291	(2.060.548)	(112.330)	12.934.982

As provisões para investimentos financeiros referem-se a empresas subsidiárias no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, nomeadamente o Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE, Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A., o Groupement Túnel de Nador, Construção ACE, RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE e Conduril Engenharia Gabon, S.A.

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso, decorrentes do negócio, a Empresa está convicta de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo gabinete jurídico interno da Conduril, assim como pelos seus consultores jurídicos encarregues dos processos.

No que respeita aos processos fiscais, existem processos decorrentes de impugnações judiciais interpostas pela Conduril relativas a liquidações adicionais em sede de IRC (2011 e 2012), sendo entendimento da Empresa, com base em pareceres dos seus assessores fiscais, que o desfecho se espera favorável, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras.

13.3. Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 83.308.625 euros (a 31 de dezembro de 2023, o montante ascendia a 86.167.621 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

13.4. Gestão de riscos financeiros

A) PRINCÍPIOS GERAIS

Dos vários tipos de risco que uma empresa enfrenta, os riscos financeiros são os que têm impacto mais imediato nos fluxos de caixa e nos seus resultados. A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam

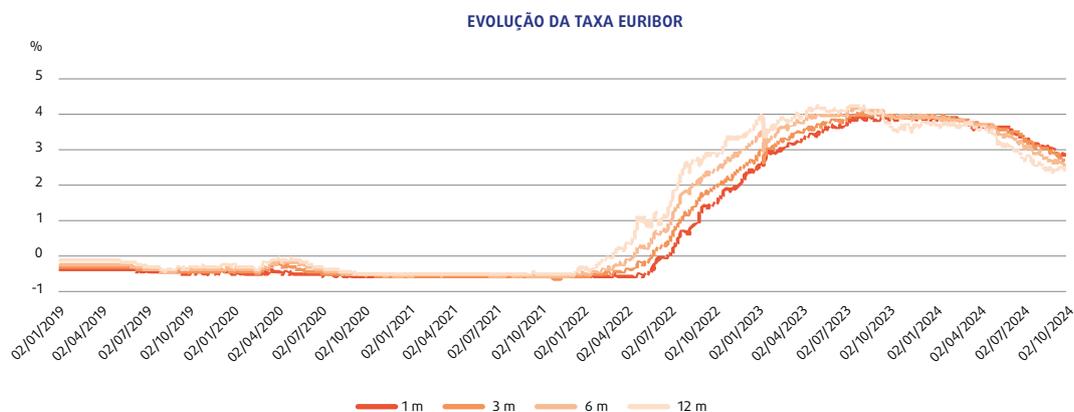
da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar os efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

B) RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em Portugal e África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi e Gabão), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas kwanza, metical, kwacha zambiano, kwacha malauiano e dólar zimbabuano face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.

C) RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. A Conduril tem apenas uma pequena parte do endividamento da Empresa indexado a uma cobertura da taxa de juro, estando permanentemente atenta a este assunto, de forma a poder tomar, atempadamente, as medidas necessárias para reduzir o impacto desta variável nos seus financiamentos.



D) RISCO DE CRÉDITO

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i. avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos. Para esta avaliação, contamos também com o recurso a entidades de informação e perfis de risco de crédito disponíveis no mercado;

- ii. limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii. monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv. realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

E) RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- **LIQUIDEZ** – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- **SEGURANÇA** – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- **EFICIÊNCIA FINANCEIRA** – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco de liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. É regra da Empresa contratualizar essas facilidades sem qualquer contra garantia.

14. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2024	31.12.2023
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	4.013.001	3.148.611
TOTAL	4.013.001	3.148.611
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	4.733.420	5.259.458
TOTAL	4.733.420	5.259.458

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO	
Saldo a 31.12.2023	(53.635.815)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(220.020)
Diferenças de câmbio favoráveis	917.896
SALDO A 31.12.2024	(52.937.939)

DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO	
Saldo a 31.12.2022	(22.859.763)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(31.471.848)
Diferenças de câmbio favoráveis	695.796
SALDO A 31.12.2023	(53.635.815)

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 8 de abril de 2025. O Conselho de Administração é da opinião de que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual da Empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa incorreu em gastos que ascenderam a 283.902 euros (no período homólogo ascenderam a 331.836 euros).

Para mensurar os dispêndios de carácter ambiental, a Empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de carácter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	283.902
TOTAL	283.902

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	2.089.991	2.173.149
	2.089.991	2.173.149
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	1.050.676	(856.740)
	1.050.676	(856.740)
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	3.140.667	1.316.409

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2024	31.12.2023
Resultado antes de impostos	(25.262.956)	3.576.789
Gasto com impostos sobre o rendimento	3.140.667	1.316.409
Taxa efetiva de imposto	(12,43%)	36,80%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 25% em Angola)	(5.142.421)	925.345
AJUSTAMENTOS:		
Taxas diferenciadas de imposto e efeito dupla tributação	341.477	1.403.482
Aplicação do método da equivalência patrimonial	156.524	(123.284)
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis	-	7.985
Gastos não aceites como custo fiscal	357.402	72.502
Provisões não aceites como gasto	121.035	304.818
Limitações à dedutibilidade de gastos financiamento líquidos	943.032	-
Restituição / Insuficiência de impostos	-	(93.355)
Outros rendimentos não tributados	(672.492)	(2.537.872)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(307.506)	-
Prejuízos fiscais gerados no período	5.960.520	2.249.745
Tributações autónomas	358.731	335.456
Impostos diferidos	1.050.675	(856.740)
Outros	(26.310)	(371.673)
	8.283.087	391.064
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	3.140.667	1.316.409

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nos termos do artigo 54º- A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

Os montantes incluídos na rubrica “Taxas diferenciadas de imposto” justificam-se, essencialmente, pelo facto das empresas sedeadas fora de Portugal apresentarem taxas de tributação distintas dos 21%.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2024, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Gastos não aceites	1.885.348	94.904	-	(86.976)	1.893.276
TOTAL	1.885.348	94.904	-	(86.976)	1.893.276

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	720.772	(33.999)	-	(29.878)	656.895
Rendimento a tributar	799.550	107.700	1.103.271	(66.159)	1.944.362
Depreciações não aceites	109.403	-	-	(109.403)	-
TOTAL	1.629.725	73.701	1.103.271	(205.440)	2.601.257

A 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Gastos não aceites	1.834.480	(128.164)	179.032	-	1.885.348
TOTAL	1.834.480	(128.164)	179.032	-	1.885.348

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	744.597	-	-	(23.825)	720.772
Rendimento a tributar	1.197.343	(164.633)	-	(233.160)	799.550
Depreciações não aceites	462.790	67.336	-	(420.723)	109.403
TOTAL	2.404.730	(97.297)	-	(677.708)	1.629.725

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, existiam prejuízos fiscais reportáveis cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência e de incerteza quanto à sua recuperação, não foram registados.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, são mensurados ao justo valor.

A Empresa não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2. Ativos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2024		31.12.2023	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	136.013.833	-	112.304.179	-
Clientes, c/garantias	7.929.271	-	7.737.325	-
Clientes de cobrança duvidosa	1.999.769	(1.999.769)	1.965.854	(1.965.854)
TOTAL	145.942.873	(1.999.769)	122.007.358	(1.965.854)

18.3. Financiamentos obtidos

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2024	31.12.2023
Contas caucionadas	23.378.531	19.869.622
Empréstimos bancários	45.531.393	16.943.120
Papel comercial	24.475.000	28.050.000
Loações financeiras	6.747.449	9.965.604
Descobertos bancários contratados	5.086.564	2.954.434
TOTAL	105.218.937	77.782.780

Adicionalmente, a maturidade, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, detalha-se como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2024	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	23.378.531	-
Empréstimos bancários	35.003.079	10.528.314
Papel comercial	-	24.475.000
Loações financeiras	3.576.672	3.170.777
Descobertos bancários contratados	5.086.564	-
TOTAL	67.044.846	38.174.091

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2023	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	19.869.622	-
Empréstimos bancários	4.527.014	12.416.106
Papel comercial	-	28.050.000
Loações financeiras	5.117.014	4.848.590
Descobertos bancários contratados	2.954.434	-
TOTAL	32.468.084	45.314.696

18.4. Participações financeiras registadas ao custo e outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2024			31.12.2023		
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	11.412.786	(40.000)	-	11.412.786	(40.000)
Lusolav, S.A.	1.665	81.313	-	-	-	-
Lusolav II, S.A.	2.500	-	-	-	-	-
Lusolav III, S.A.	1.665	-	-	-	-	-
Lusolav IV, S.A.	2.500	-	-	-	-	-
Fundação da Construção, F.P.	20.000	-	-	-	-	-
Garval	1.682	-	-	1.682	-	-
Lisgarante	1.682	-	-	1.682	-	-
Norgarante	18.877	-	-	18.877	-	-
BAI - Banco Angolano de Investimento, S.A.	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	2.405	-	-	2.405	-	-
Edirio - Construções, S.A.	-	1.412.500	(1.068.156)	-	1.212.500	(758.167)
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	336.000	(336.000)	-	336.000	(336.000)
Métis Engenharia, Lda	-	3.049.838	-	-	3.049.838	-
Urano, Lda.	-	1.259.118	-	-	1.259.118	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	-	82.000	-	-	82.000	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	16.627	(89.792)	-	15.718	-
Títulos de dívida pública - corrente	-	-	-	2.633.217	-	-
Obrigações do Tesouro - não corrente	30.361.748	-	-	29.023.642	-	-
Outros - FCT	52.775	-	-	123.953	-	-
TOTAL	30.808.874	17.650.182	(1.533.948)	32.146.832	17.367.960	(1.134.167)
Outros investimentos financeiros não correntes		46.925.108			45.747.409	
Outros investimentos financeiros correntes		-			2.633.217	

As obrigações do tesouro de Angola são em USD e apresentam data de maturidade em 2026, pelo que o pagamento dos juros e o reembolso de capital são realizados em USD.

O investimento na concessionária "Rotas do Algarve Litoral, S.A." está relacionado com a ação intentada de direito à rescisão do vínculo contratual existente e o ressarcimento do investimento realizado, ação em que a Conduril considera vir a ter um desfecho favorável.

18.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

A) RENDIMENTOS DE JUROS PARA ATIVOS FINANCEIROS:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos bancários e títulos (Nota 20.5)	2.654.120	4.161.063
Outros	-	19
TOTAL	2.654.120	4.161.082

B) GASTOS DE JUROS PARA PASSIVOS FINANCEIROS:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2024	31.12.2023
Financiamentos	4.648.411	3.212.941
Locações financeiras	375.309	475.148
Outros	16.610	88.393
TOTAL	5.040.330	3.776.482

18.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, a Empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2024		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIAÇÕES
Clientes	38.210	-	(4.295)
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	38.210	-	(4.295)

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2023		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIAÇÕES
Clientes	-	-	-
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	-	-	-

18.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado. Em setembro de 2023, ocorreu um aumento de capital social por incorporação de reservas no montante de 1.000.000 euros.

18.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2024, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

18.9. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica "Ações próprias", e os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação são registados em "Reservas livres".

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa detém 200.009 ações próprias.

18.10. Reservas legais

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido do período deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

A 31 de dezembro de 2024, a reserva legal encontrava-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, ascendendo a 2.094.492 euros.

18.11. Aplicação dos resultados

Por decisão da Assembleia Geral, foram aprovadas as contas do período de 2023 e foi deliberado que o resultado líquido do período, no montante de 2.260.381 euros, fosse aplicado da seguinte forma: outras reservas em 1.360.385 euros e dividendos em 899.996 euros.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2024, existiam 137 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. A 31 de dezembro de 2024, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2024	31.12.2023
Custo dos serviços correntes	430.816	416.755
Custo juros	573.342	523.554
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Rendimento líquido do fundo deduzido do juro líquido	(521.773)	(430.025)
Outras variações	187.332	79.140
TOTAL	669.717	589.424

A 31 de dezembro de 2024, estávamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 4.602.775 euros. Este montante encontra-se registado na rubrica “Credores por acréscimo de gastos”. As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de capital próprio, “Ajustamentos/ outras variações de capital próprio”, no montante de 3.502.236 euros (2023: 664.521 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2024 e 2023:

	PRESSUPOSTOS 2024	PRESSUPOSTOS 2023
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss Re 2001	Swiss Re 2001
Idade normal de reforma	66-70 anos	66-70 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	3,40%	4,60%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Participantes	487	512
Beneficiários	137	127

19.2. Benefícios de caráter social

A 31 de dezembro de 2024, os gastos relacionados com a atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua) que são financiados na sua totalidade pela Conduril resumem-se como se segue:

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2024	31.12.2023
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar) e bolsas de estudo	118.900	117.563
Formação técnico-profissional, humana e cultural	23.705	22.043
Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais	11.850	7.348
TOTAL	154.455	146.954

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	96.279	75.542
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.387.673	12.058.000
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	5.213.751	6.441.184
Outras tributações	442.936	608.307
TOTAL	14.140.639	19.183.033

PASSIVO	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	639.400	677.207
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.164.409	8.766.865
Contribuições para a Segurança Social	868.514	883.507
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.744.399	1.414.689
Outras tributações	9.320	12.298
TOTAL	5.426.042	11.754.566

20.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços, a 31 de dezembro de 2024 e 2023 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2024	31.12.2023
Mercado interno	46.070.221	108.235.414
Mercado externo	65.745.591	59.845.750
TOTAL	111.815.812	168.081.164

20.3. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Subcontratos	21.257.298	49.263.585
Serviços especializados	13.145.716	11.639.459
Materiais	1.284.621	803.264
Energia e fluidos	1.921.349	1.994.259
Deslocações, estadas e transportes	6.267.737	5.373.980
Rendas e alugueres	4.539.307	3.261.272
Comunicação	234.059	231.911
Seguros	1.490.775	1.096.788
Contencioso e notariado	73.411	29.756
Despesas de representação	17.942	65.713
Limpeza, higiene e conforto	399.579	354.560
Outros serviços	1.121.347	948.825
TOTAL	51.753.141	75.063.372

20.4. Gastos com pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Remunerações dos órgãos sociais	1.402.390	1.504.205
Remunerações do pessoal	35.147.254	34.272.767
Benefícios pós-emprego (Nota 19.1)	669.717	589.424
Indemnizações	125.742	90.663
Encargos sobre remunerações	5.016.575	5.232.847
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.223.532	1.177.548
Gastos de ação social	1.806.617	1.650.232
Outros	1.301.817	1.185.060
TOTAL	46.693.644	45.702.746

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o número médio de empregados foi de 2.266 e 2.072, respetivamente.

20.5. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Rendimentos suplementares	3.503.732	3.802.102
Descontos de pronto pagamento obtidos	7.641	79.032
Diferenças de câmbio favoráveis	4.733.420	5.259.458
Rendimentos nos restantes investimentos financeiros	14.240	2.032
Rendimentos em investimentos não financeiros	1.608.178	324.257
Juros obtidos	2.654.120	4.161.082
Dividendos obtidos	195.673	393.687
Correções relativas a períodos anteriores	39.920	21.630
Benefícios contratuais	125.007	200.997
Outros	163.756	1.010.812
TOTAL	13.045.687	15.255.089

20.6. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Impostos	1.660.657	1.940.649
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	1.668
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.013.001	3.148.611
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	3.287.950	299.805
Multas e penalidades	42.735	47.119
Correções relativas a períodos anteriores	479.709	59.821
Outros	89.216	219.401
TOTAL	9.573.268	5.717.074

20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2024	31.12.2023
Juros suportados (Nota 18.5)	5.023.720	3.688.089
Outros gastos e perdas de financiamento	657.792	1.337.746
TOTAL	5.681.512	5.025.835

20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2024	31.12.2023
Gastos a reconhecer - seguros	795.606	791.608
Outros diferimentos	129.878	27.823
TOTAL	925.484	819.431

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2024	31.12.2023
Rendimentos a reconhecer - NCRF 19	4.957.442	5.039.122
Rendimentos a reconhecer - lucros operações internas	71.790	12.406
TOTAL	5.029.232	5.051.528

20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, tem a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores saldos devedores	707.960	520.312
Adiantamentos a fornecedores	2.381.627	1.263.875
Devedores diversos - partes relacionadas	14.197.513	14.855.327
Devedores por acréscimos de rendimentos	38.716.635	29.756.436
Adiantamentos por conta de vendas	49.751	401.662
Pessoal	24.079	8.889
Devedores diversos	227.090	195.056
TOTAL	56.304.655	47.001.557

O montante relativo a “Devedores por acréscimos de rendimentos” está relacionado, essencialmente, com a aplicação do método da percentagem de acabamento, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”.

A rubrica “Outras dívidas a pagar”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, tem a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Clientes saldos credores	26.616	33.673
Pessoal	1.387.573	1.393.512
Fornecedores de investimentos	1.556.911	87.955
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	2.859.089	2.602.879
Credores por acréscimos de gastos - outros	6.717.521	3.619.474
Credores diversos - partes relacionadas	3.889.915	3.455.926
Credores diversos	197.160	40.185
TOTAL	16.634.785	11.233.604

20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado líquido negativo do período de 2024, no montante de 28.403.623 euros, seja transferido integralmente para Resultados Transitados. Propõe, ainda, que os referidos resultados sejam cobertos pela rubrica de Outras reservas.

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho:

21.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2024	31.12.2023
Portugal	47.045.195	109.347.675
Angola	24.329.813	16.544.574
Moçambique	29.326.480	12.690.951
Zâmbia	3.427.003	10.578.933
Malawi	7.687.321	18.919.031
TOTAL	111.815.812	168.081.164

21.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2024, ascenderam a 27.300 euros (2023: 27.750 euros).

21.3. Eventos subsequentes

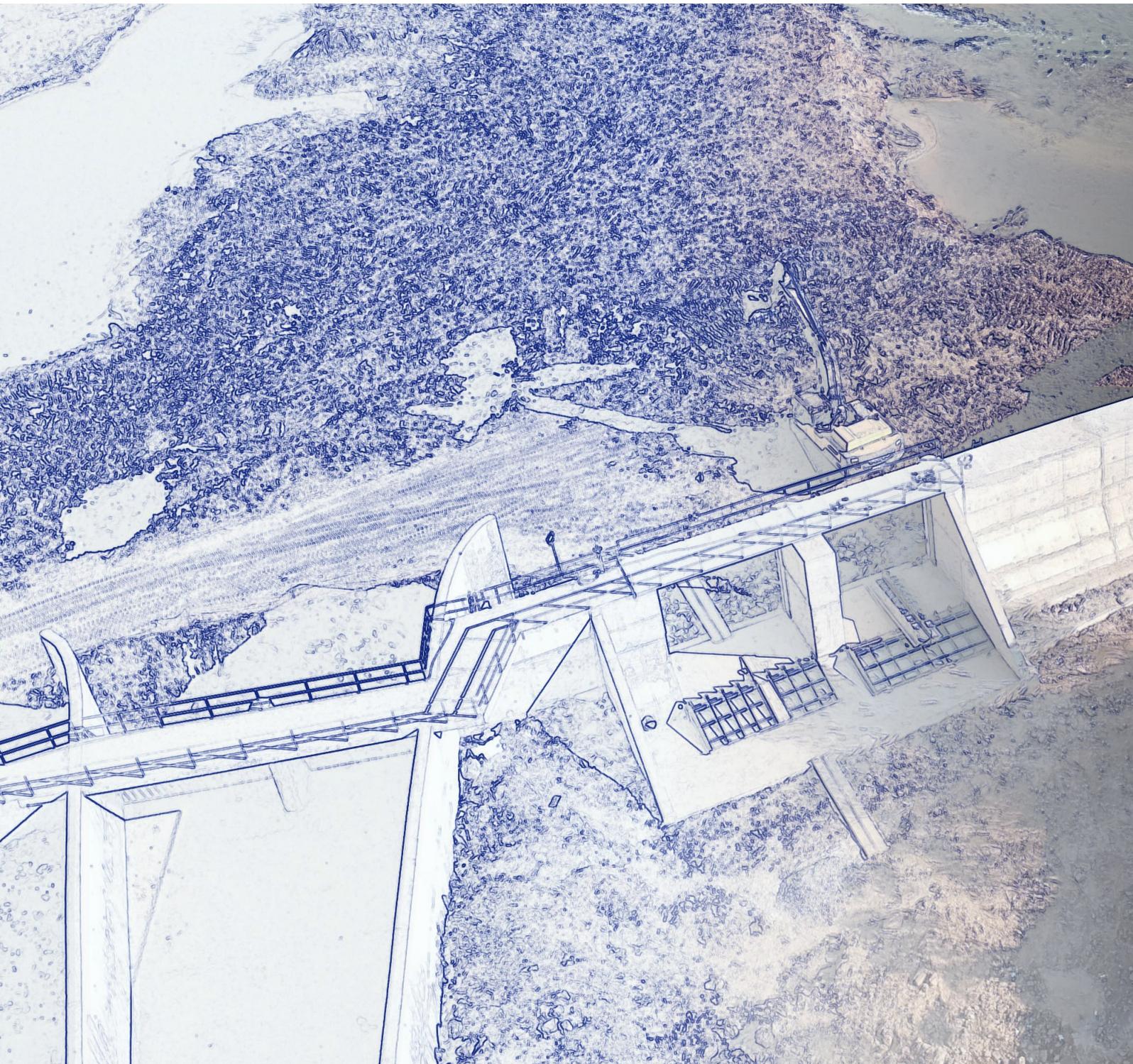
Não foram identificados eventos subsequentes que tenham impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, que tenham ocorrido entre o final do período e a presente data.

A Administração,

O Contabilista Certificado,

4^o

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**





CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2024

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório de gestão, balanço, contas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade e a evolução dos negócios da Conduril - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual prestou e prontamente os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço, da demonstração de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e do respetivo anexo com as suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham fielmente a atividade desenvolvida e a situação patrimonial da empresa.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve por parte da sua representante as informações e os esclarecimentos solicitados no âmbito da atividade de fiscalização aos documentos de prestação de contas, e tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria elaborado pela sociedade de revisores oficiais de contas e enviado ao Conselho de Administração, bem como da certificação legal das contas do exercício de 2024, cujo teor merece a sua concordância, a qual se apresenta sem reservas nem ênfases.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho Fiscal expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho Fiscal considera que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da Conduril - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2024, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, as contas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024,
2. que seja aprovada a proposta do Conselho de Administração, no sentido de que o resultado líquido negativo de 2024, no montante de 28.403.623 euros (vinte e oito milhões, quatrocentos e três mil, e seiscentos e vinte e três euros), seja transferido integralmente para Resultados Transitados e que os referidos resultados sejam cobertos pela rubrica de Outras Reservas.

Ermesinde, 29 de Abril de 2025

O CONSELHO FISCAL

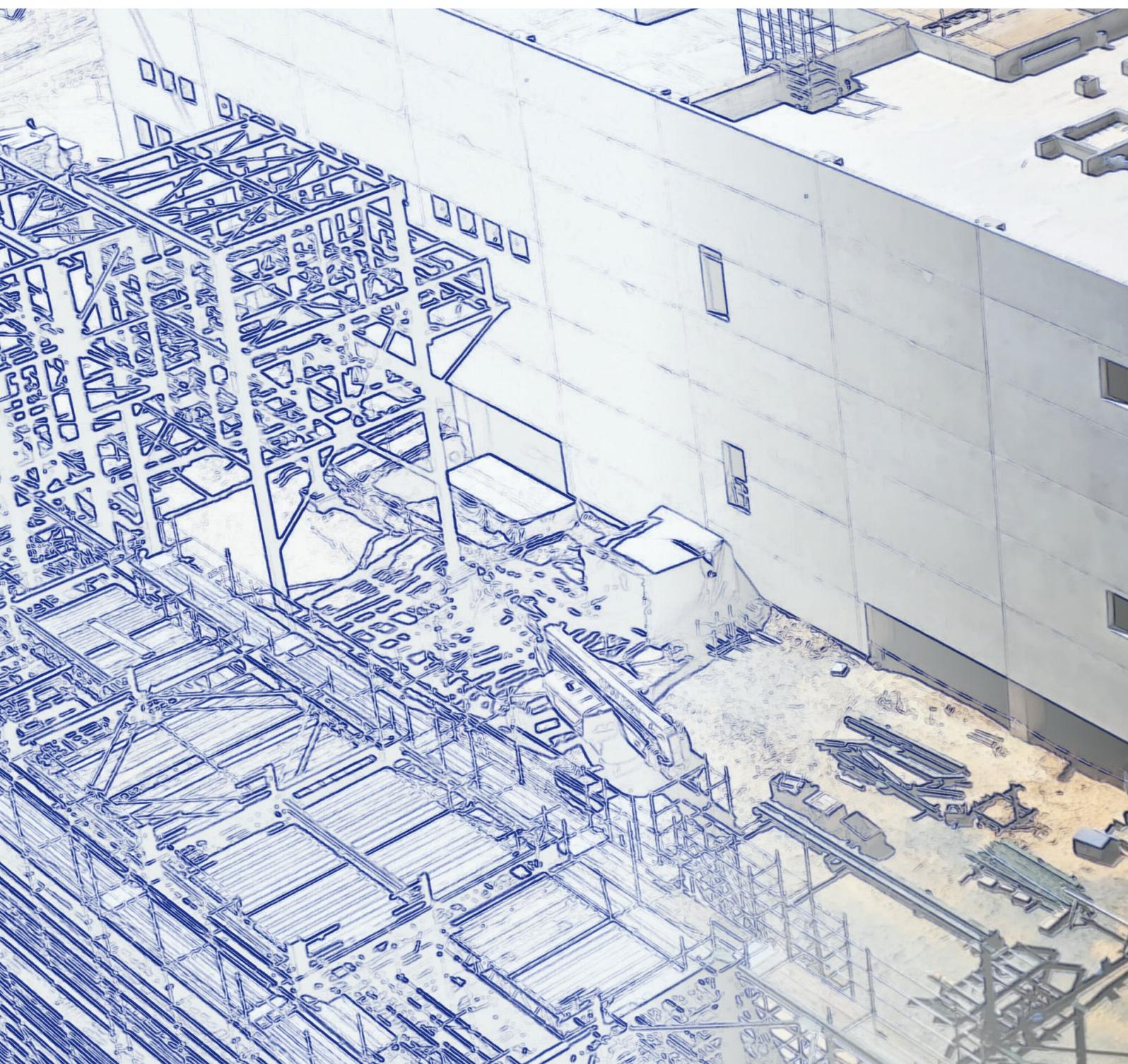
Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos

Deolinda Paula Baptista Nunes

Jorge Manuel Silva Tavares

5°

**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS**





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 372.791.281 euros e um total de capital próprio de 146.899.917 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 28.403.623 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do

auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 29 de abril de 2025

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC
Registo na OROC n.º 1126
Registo na CMVM n.º 20160738



CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde – Portugal
T. +351 229 773 920
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota – Luanda – Angola
T. +244 929 637 913/9
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE

Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,
Parcela 3380/12 – Matola – Moçambique
T. +258 203 004 71
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka – Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

Plot BC 922 House 5, Area Mandala
PO Box 907
Blantyre – Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt